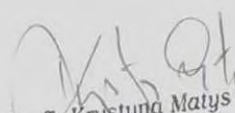


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

A ANÁLISE DO ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE GUARDA NAS
VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO FÓRUM DE JUSTIÇA
DA COMARCA DA CAPITAL

KAREN SCHÜRHAUS DA SILVA

*Defendido em
25/04/02.*


Prof.^a Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, abril de 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

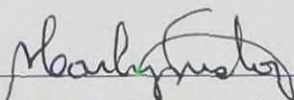
A ANÁLISE DO ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE GUARDA NAS
VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO FÓRUM DE JUSTIÇA
DA COMARCA DA CAPITAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela professora Marly Venzon Tristão.

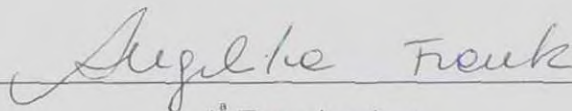
KAREN SCHÜRHAUS DA SILVA

Florianópolis, abril de 2002.

Banca Examinadora:



Presidente da Banca - Orientadora
Professora Marly Venzon Tristão



1^a Examinadora
Assistente Social - Angelika Frank

2^o Examinador

Assistente Social - Alcebir Dal Pizzol

DEDICATÓRIA

Ao meu pai Wilson, minha mãe Elizete e minha irmã Gleice, pelo apoio, dedicação e compreensão do decorrer da minha caminhada. Vocês em muito influenciaram na minha formação como pessoa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que se fizeram presentes direta e indiretamente na minha vida durante a realização deste trabalho bem como no decorrer do Curso de Serviço Social:

- À *Deus*, por me guiar em todos os meus passos;
- Às *colegas de sala*, que foram e sempre serão minhas companheiras;
- À todas as professoras do Departamento de Serviço Social;
- Às amigas, *Larissa, Leila e Triciana* que sempre estiveram presentes nos momentos de alegrias e tristezas, reafirmando a mais bela amizade;
- Às amigas *Patrícia e Josiane* que estiveram ao meu lado principalmente nos últimos semestres;
- À amiga *Gisele Dal-bó*, companheira de todas as horas;
- À assistente social, vizinha e amiga, *Ana Maria Mafra Dal-bó*, exemplo de dedicação profissional e inspiração desde o início do curso de Serviço Social;
- Às assistentes sociais do Fórum de Justiça da Capital, *Arlete Maria Milanez e Tânia Aparecida Campos da Silva*, que em muito colaboraram para a minha formação profissional;
- À minha supervisora de estágio e acima de tudo amiga, *Angelika Frank*, você é o exemplo de dedicação, profissionalismo e força de vontade;
- À minha orientadora *Marly Venzon Tristão* que proporcionou momentos de descobertas e aprendizado;
- Ao assistente social *Alcebir Dal Pizzol* por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa, bem como as colaborações para este trabalho;
- Ao amigo *Hugo Leonardo*, que apesar da distância esteve sempre a meu lado;
- A *Kleber Isaac Silva de Souza*, namorado, amigo, companheiro de todos os momentos, obrigado por entender este meu jeito e estar ao meu lado sempre. Amo você!

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| 1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PROCESSO DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL DO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL | 11 |
| 1.1 OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL | 14 |
| 1.2 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO FÓRUM DE JUSTIÇA DA CAPITAL | 15 |
| 1.2.1 Contextualização do Objeto no Âmbito da Política Social | 15 |
| 1.2.2 Bases Teórico-Metodológicas | 16 |
| 1.2.3 Instrumental Técnico-Operativo | 18 |
| 1.2.3.1 Mediação Familiar | 19 |
| 2 DA FAMÍLIA: SUA CONSTITUIÇÃO, DISSOLUÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PAIS E FILHOS | 23 |
| 2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA | 23 |
| 2.2 CASAMENTO / UNIÃO INFORMAL | 26 |
| 2.3 SEPARAÇÃO / DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE FATO | 28 |
| 2.4 GUARDA | 32 |
| 3 O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE GUARDA NAS VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DA CAPITAL | 38 |
| 3.1 O ESTUDO SOCIAL | 38 |
| 3.2 INSTRUMENTAL TÉCNICO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO SOCIAL | 41 |
| 3.3 O PONTO DE VISTA DO JUIZ E DO ASSISTENTE SOCIAL SOBRE O ESTUDO SOCIAL EM PROCESSOS DE GUARDA QUANDO O PEDIDO É FEITO PELOS PAIS | 42 |
| 3.4 MODELO DE ESTUDO SOCIAL | 58 |
| 3.5 ANÁLISE DO MODELO ESTUDO SOCIAL DE GUARDA APRESENTADO COM EMBASAMENTO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS | 60 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 65 |
| FONTES BIBLIOGRÁFICAS | 68 |
| ANEXOS | 72 |
| PERGUNTAS AO ASSISTENTE SOCIAL | 72 |
| PERGUNTAS AO MAGISTRADO | 73 |

APRESENTAÇÃO

A instituição na qual realizamos o Estágio Curricular Obrigatório, bem como o estágio extracurricular, no período de janeiro de 2000 a julho de 2001 foi o FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL, instituição de caráter público que é conduzida pelo Estado localizada na Av. Gustavo Richard, nº 434, Centro, Florianópolis - SC.

O Fórum de Justiça da Comarca da Capital tem sob sua responsabilidade a administração da Justiça na Comarca em que está localizado, realizando o julgamento de questões e demandas suscitadas a esta instituição, e zelando pelo fiel cumprimento das leis. Está administrativamente subordinado ao Tribunal de Justiça, ou seja, tem seu orçamento e competência fixados pelo Tribunal de Justiça, através da Lei de Organização Judiciária.

O Fórum da Justiça desempenha atividades com intuito de resolver as lides que possam surgir no plano do Direito Civil, bem como intervir na liberdade individual daqueles que provocam lesões a bens tutelados pelo direito (vida, integridade física, os costumes, etc), através da aplicação do Direito Penal quando necessário para manter a ordem social. Nas Varas de Fazenda Pública são julgadas ações em que são partes a Administração Pública direta ou indireta, mais especificamente o Estado-federado, o Município de Florianópolis e as respectivas autarquias destes. Apesar de compreender órgãos do Poder Judiciário, esta instituição realiza atos administrativos, principalmente em relação a administração de recursos humanos do Fórum e manutenção da sua estrutura organizacional.

No âmbito do Judiciário o assistente social se faz presente no Juizado da Infância e da Juventude, na Vara de Execuções Penais e nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões. Como a maioria das comarcas pequenas não possui varas específicas, dispondo muitas vezes de vara única, ou até duas varas, mas que abrangem todo e qualquer tipo de processo, os assistentes sociais realizam tanto trabalho ligado ao Juizado da Infância e da Juventude e das Varas de Execuções Penais como o trabalho que é realizado na Vara de Família.

As Varas de Família, Órfãos e Sucessões pertencem ao Fórum de Justiça da Comarca da Capital e são em número de duas. Atualmente, o Serviço Social desenvolve trabalho integrado com as referidas Varas, principalmente na categoria de perícia técnica, para, através de Estudo Social, fornecer os elementos necessários à elucidação da verdade (mesmo que formal), ao magistrado, que, devido à demanda, não pode estar realizando esta atividade, além de não estar capacitado para tal função.

O profissional do serviço social, no âmbito do Judiciário, tem a oportunidade de atuar na realidade e no cotidiano de seus usuários. A intervenção não se caracteriza única e exclusivamente por algo imediato, pois, é realizado um trabalho mais direcionado à ampliação da liberdade, nas conquistas democráticas da justiça social e da cidadania sócio-política. O assistente social é um profissional que questiona, que é articulador, enfim que está sempre pronto para atender as novas demandas que emergem no cotidiano da sociedade de forma geral.

Estas transformações e novas demandas estão diretamente ligadas a família, que é considerada a pedra fundamental de toda a sociedade e é o principal foco de intervenção do Serviço Social, principalmente no Fórum de Justiça da Comarca da Capital.

O contato direto com a instituição do Fórum de Justiça da Comarca da Capital nos dois últimos anos foi um fator decisivo para a realização deste trabalho. Apesar de o estágio ter chegado ao fim em julho de 2001, o contato com os profissionais e com a instituição do Fórum ainda não se encerrou, pois atualmente é realizado um trabalho de mediação no setor de Mediação Familiar.

O presente trabalho tem por objetivo preencher uma lacuna existente com relação ao tema Estudo Social, principalmente relacionado a guarda. Pretende-se sanar uma dúvida que acompanha os estudantes de serviço social no decorrer do curso, referente a como realizar um Estudo Social adequado, o que é realmente importante em um Estudo Social no âmbito do Judiciário, o que um juiz observa em um Estudo Social de guarda, e o que será considerado por ele.

Para se chegar a uma conclusão plausível, viu-se a necessidade de utilizar como método para a realização do trabalho o da pesquisa qualitativa, que consiste em um trabalho que não pode ser quantificado, o que ocorre na maioria das atividades realizadas no âmbito social. Segundo Minayo (1999) a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza.

Para tentar responder a essas perguntas subjetivas realizou-se a pesquisa, com assistentes sociais e juízes que atuam diretamente nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, por serem consideradas as pessoas mais indicadas.

Primeiramente se estará abordando o trabalho do serviço social no âmbito do Fórum de Justiça da Comarca da Capital, destacando questões como o objeto de intervenção do serviço social, a intervenção profissional tanto do estagiário como do profissional, as bases teórico-metodológicas necessárias para a atuação e por último o instrumental técnico-operativo.

Em um segundo momento se estará abordando o tema família, casamento ou união informal e por último com relação à separação ou dissolução de sociedade de fato.

Deve-se observar que nestes dois primeiros momentos a análise realizada não teve por objetivo o estudo aprofundado das categorias analisadas, mas sim uma análise conceitual suficiente para orientar o leitor no terceiro momento do trabalho, no qual este conhecimento inicial será fundamental para o entendimento do objeto principal da pesquisa: o Estudo

Social nos processos de Guarda das Varas de Família, Órfãos e Sucessões do Fórum de Justiça da Comarca da Capital.

Portanto, como visto, no terceiro e último momento da pesquisa abordar-se-á o Estudo Social no pedido de guarda feito pelos pais, fazendo-se um paralelo entre o ponto de vista dos juízes e dos assistentes sociais a respeito do Estudo desta natureza.

Finalmente, a partir de todos os conceitos, referenciais teóricos e entrevistas analisadas no decorrer dos três momentos fundamentais desta pesquisa, será feita uma proposta de um modelo para processos que tratam das questões da Guarda.

1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO PROCESSO DE TRABALHO NO SERVIÇO SOCIAL DO FÓRUM DE JUSTIÇA DA COMARCA DA CAPITAL

O surgimento do assistente social no meio jurídico catarinense não aconteceu de uma hora para a outra. Foi um trabalho gradativo que se iniciou juntamente com o 1º Código de Menores Brasileiro, em 1969, no qual de acordo com Dal Pizzol (2001) era necessária a participação do assistente social para dar informações ao juiz a respeito da situação social que o menor se encontrava. Posteriormente no Código de Menores, o assistente social teve grande destaque, já que foi necessária a sua participação nos estudos de cada caso em particular, mais precisamente de uma perícia por equipe interprofissional, na qual deveria estar presente um assistente social.

Atualmente os assistentes sociais estão presentes em todas as Comarcas do Estado e se utilizam do tradicional Estudo Social para registrar e apresentar a maioria dos seus trabalhos, dentro dos processos judiciais (meio pelo qual se procura resolver conflitos na Justiça), principalmente em questões familiares. Posteriormente então se iniciaram estudos referentes ao tema Perícia Social Judiciária.

O Serviço Social no Fórum da Comarca da Capital surgiu no ano de 1981. Atualmente, o trabalho profissional do Serviço Social está subordinado aos juízes da 1ª e 2ª Varas de Família, Órfãos e Sucessões e possui três assistentes sociais¹. Faz-se necessária a contratação destes profissionais devido às peculiaridades existentes, já que os problemas

¹ Em fevereiro de 2002 uma quarta assistente social foi transferida para Florianópolis.

enfrentados acabam extrapolando a área jurídica, atingindo o campo emocional e social dos sujeitos envolvidos.

O assistente social, bem como o estagiário de serviço social tem como objeto de trabalho uma das faces quotidianas da questão social que é a questão familiar. Para tanto, ambos, profissionais e estagiários estão aptos a orientar e acompanhar o usuário nas mais diversas questões familiares, que são momentâneas e constituem em sua maioria um somatório de insatisfações pessoais, de coisas ditas e não ditas, de emoções reprimidas, de desinteresse e desatenções constantes. O desrespeito em muitas famílias é bastante presente e conseqüentemente as brigas ocorrem em número expressivo. Assim, o convívio social e a vida conjugal ficam abalados, o que acaba afetando também os demais membros da família. E são os membros dessas famílias que costumam procurar o atendimento dos assistentes sociais do Fórum da Comarca da Capital, buscando encaminhamento na tomada de decisões e procedimentos legais quanto à separação e dissolução de sociedade de fato.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. (IAMAMOTO, 1997, p.14)

É no conflito familiar que encontramos o objeto de trabalho do serviço social na instituição do Fórum de Justiça da Comarca da Capital, seja no momento que os profissionais são procurados diretamente pelos usuários, seja quando estes mesmos profissionais são solicitados pelo Juiz a "intervir" através de estudos sociais nos processos de família que possam vir a envolver crianças e/ou adolescentes.

A maioria dos casos de processos em que o juiz solicita um estudo social envolvem crianças e/ou adolescentes, como ocorre, por exemplo, nos processos de guarda, regulamentação de visitas, entre outros. Os demais atendimentos dizem respeito a outros casos, como por exemplo interdições, nas quais é necessário que seja nomeado um curador para o interditado, ou seja, aquela pessoa não pode responder civilmente por todos os seus atos.

Nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões, somente são trabalhadas questões familiares. A família, como será melhor abordado posteriormente em capítulo próprio, é uma forma de representação social que os diversos grupos e a sociedade fazem das relações de aliança e consangüinidade. Caracteriza-se, portanto, como uma realidade construída simbolicamente e que expressa, produz, reproduz e legitima valores condicionados historicamente e articulados dialeticamente com a estrutura social na qual estão inseridos.

As inúmeras transformações que a família vem sofrendo exigem a busca de maior racionalidade na ação profissional do assistente social, do estagiário e também de novos e modernos instrumentos de intervenção que dêem conta destas novas demandas. É preciso visualizar recursos, avaliar resultados e compromisso ético para o avanço na intervenção junto à família.

A demanda que se apresenta no setor de serviço social nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões, caracteriza-se por pessoas de baixo poder aquisitivo, com nível de escolaridade extremamente baixo e, principalmente, casais que convivem em união estável, ou seja, que não estão casados legalmente. Vale ressaltar que o percentual de casais que optam pela união estável é cada vez mais significativo, isto se dá porque o modo de se unir baseado na relação afetiva com a ausência de trâmites legais, mais do que uma opção é uma adaptação aos tempos modernos.

Desta forma, quando as partes envolvidas resolvem separar-se – é necessário que se observe que a separação deve ser compreendida aqui não somente como a ruptura do relacionamento entre casais unidos legalmente, mas também entre aqueles relacionamentos caracterizados pela união estável – devem tomar decisões importantes sobre seu futuro, baseados no contexto de indecisão do seu passado. Além disso, a sociedade requer, a fim de terminar o relacionamento, a resolução de diversas questões que acabam envolvendo sustento, visitação, divisão de bens e cuidado futuro com os filhos (guarda, responsabilidade e alimentos).

Existe uma dificuldade da população usuária no acesso à assistência judiciária – apesar de existir desde 1950 a Lei 1060, bem como ser um direito fundamental estabelecido no inciso LXXIV do artigo 5º da

Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988 - CRFB-88 - que garante a assistência judiciária integral e gratuita à população carente, o Estado demora a repassar aos advogados os honorários correspondentes às ações efetuadas. Como atualmente existe uma grande dificuldade no início de carreira de todas as profissões, na advocacia não é diferente, por isso a maioria dos advogados que fazem assistência judiciária é composta por recém formados. Felizmente este número tem aumentado a cada dia, o que facilita um melhor acesso à justiça à população carente e aumenta a concorrência na profissão.

Como a justiça é morosa e muitas vezes os prazos em processos não são cumpridos a contento, esta se contrapõe à emergência na resolução dos conflitos familiares, deixando muitas pessoas insatisfeitas, tendo em vista que muitas vezes as questões são extremamente simples. Por isso, o Serviço Social nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões reorienta a sua prática, utilizando-se da mediação familiar² como metodologia de intervenção, buscando responder às necessidades dos usuários de forma a eliminar os entraves de uma separação, garantindo maior rapidez em decisões que poderiam levar anos.

1.1 OBJETIVOS DA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

O assistente social de forma geral tem como objetivo viabilizar o exercício da cidadania, buscando assim promover o bem estar social ao participar da análise e planejamento de políticas públicas.

Mais especificamente, no âmbito da justiça, ficam mais evidentes os objetivos da intervenção profissional do assistente social, principalmente para orientar os usuários na busca pela cidadania, bem como exercer papel importante como perito nas questões que envolvem a família.

O assistente social trabalha tanto com questões extremamente amplas, como também aborda o lado íntimo das questões apresentadas, afinal todas as pessoas têm seu lado íntimo e ainda convivem em sociedade. É importante ressaltar, que o assistente social, além de ouvir as inúmeras

² O instituto da mediação familiar será abordado posteriormente em seção própria.

questões colocadas pelos usuários, também precisa intervir a partir da observação de questões psicológicas, físicas e sociais que se tornam explícitas no contato com os usuários. Quando é feito o “diagnóstico”, o profissional e o(os) usuário(os) vão procurar juntos soluções para as questões apresentadas. Na realidade toda e qualquer ação depende única e exclusivamente da vontade de cada usuário para ser realizada, pois é ele quem está vivendo cada situação e sabe qual a sua realidade, cabendo somente a ele qualquer ação.

As questões que o usuário apresenta para o assistente social podem vir a ser trabalhadas e as que não são de atribuição do assistente social, são encaminhadas para os devidos órgãos, ou pessoas habilitadas, como, por exemplo, advogados, psicólogos, enfim o leque de opções é interdisciplinar.

Em síntese, o objetivo específico do serviço social no âmbito do Poder Judiciário tem uma função de auxiliares dos juízes para que estes possam estar tomando decisões mais adequadas, além de haver uma busca por formas de solução de conflitos sociais através de meios que possibilitem o acesso à justiça de forma mais ampla, justa e equitativa, procurando resguardar os interesses sobre a proteção da família e outros bens de valor e importância social.

1.2 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO FÓRUM DE JUSTIÇA DA CAPITAL

1.2.1 Contextualização do Objeto no Âmbito da Política Social

O assistente social intervém na sociedade a partir do momento que está envolvido em sistemas que possibilitam sua atuação e coordenação, a fim de defender as necessidades de toda a população.

No Poder Judiciário, o assistente social tem a oportunidade de estar diretamente ligado a questões sócio-jurídicas relevantes, principalmente as que envolvem união conjugal e/ou crianças e adolescentes.

Neste ambiente o assistente social tem efetiva importância como agente de política social, uma vez que procura estimular o acesso à justiça, em especial para a população carente, através de formas alternativas de solução de litígios, como o que ocorre com a mediação. A atividade do assistente social junto ao Poder Judiciário possibilita não só a inclusão de um perito no corpo técnico da instituição, mas também de um agente de política social, que a todo o tempo encontra-se promovendo formas de estimular a cidadania daqueles que procuram sua orientação.

Para se valer destas práticas, a atividade do assistente social baseia-se no estímulo ao cumprimento dos princípios e direitos contidos na CRFB-88³, na defesa dos interesses referentes à criança e/ou adolescente face ao ECA, nos princípios da assistência social contidos no art. 203, da CRFB-88, os princípios da proteção da família do art. 226, da CRFB-88, nas leis referentes às diversas formas de união conjugal, desde o casamento e a união estável até a separação, divórcio e a dissolução de sociedade de fato, conforme as Leis 6515/77, 8971/94, 9278/96, além de inúmeros outros dispositivos que fundamentam a política social e conseqüentemente a atividade do assistente social tanto de maneira geral como no âmbito da Justiça.

1.2.2 Bases Teórico-Metodológicas

Os assistentes sociais vinculados às Varas de Família Órfãos e Sucessões no âmbito do Fórum de Justiça da Comarca da Capital se utilizam de legislação específica (como LOAS⁴, ECA, Código Civil, Código de Processo Civil e leis especiais como as citadas anteriormente), programas sociais e sobretudo com relação aos recursos existentes na comunidade.

Os recursos da comunidade muitas vezes não conseguem suprir todas as necessidades dos usuários que procuram o Setor de Serviço Social. Existe então a necessidade de canalizar as demandas sociais com a criação

³ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁴ Lei Orgânica da Assistência Social.

e implementação de políticas públicas e programas que consigam atender a todas as demandas. Um exemplo de um serviço (programa) que vem dando certo é o Serviço de Mediação Familiar, que foi instituído através de Resolução Nº 11/2001 da Presidência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que atende casais em processo de separação ou outras questões da área de família.

Também é necessário que exista muita habilidade e disposição para atender toda a demanda que aparece no âmbito do Fórum de Justiça da Comarca da Capital, pois não se pode de forma alguma dizer que a demanda é somente uma ou outra, o que há é um leque extremamente grande de usuários que procuram solucionar diversas questões, sejam elas do âmbito do Fórum de Justiça da Comarca da Capital ou não, sejam de competência do assistente social ou não.

O mesmo acontece com os acadêmicos do curso de Serviço Social, que utilizam como bagagem de conhecimentos para a leitura da realidade e intervenção todo o conhecimento adquirido no decorrer do curso de graduação. No caso do Fórum de Justiça da Comarca da Capital, as disciplinas relacionadas à área da família são as que mais contribuem para a compreensão desta fascinante área de trabalho.

É necessária uma série de outros conhecimentos estudados no decorrer do curso em outras disciplinas que não são propriamente do tema família, mas que indiretamente com ele se relacionam. Questões de saúde, seguridade social, assistência social, são extremamente importantes já que se deve partir do pressuposto de que sempre surgem questões de outras áreas e os profissionais do Serviço Social devem estar aptos a orientar os usuários naquilo que desejam, sejam questões relacionadas ao âmbito do Fórum de Justiça da Comarca da Capital ou de qualquer outro setor. Costuma-se, no âmbito do Fórum, esclarecer todas as questões que o usuário tenha e somente quando realmente não diz respeito ao campo de atuação daquele setor encaminha-se para o órgão competente.

Além das bases teórico-metodológicas, há a necessidade de dispor de instrumental técnico operativo para em conjunto efetivar a intervenção profissional do assistente social. O instrumental técnico operativo será abordado a seguir.

1.2.3 Instrumental Técnico-Operativo

O instrumental técnico-operativo do serviço social do Fórum da Capital se fundamenta na realização de entrevistas, visitas domiciliares, contatos telefônicos, acordos, estudos sociais, pareceres sociais e a perícia técnica.

Utilizando-se dos instrumentos citados acima, os assistentes sociais, bem como os estagiários possuem uma série de atribuições que podem ser citadas como sendo as principais do setor. Além destes instrumentais técnico-operativos, o serviço social se utiliza a Mediação Familiar, que por ser um trabalho inovador e ter recebido grande destaque no momento percebe-se a necessidade de reservar-se um item específico para o tema.

❖ Atendimento ao público:

Durante quatro dias por semana, das 13:00 às 19:00 horas, os assistentes sociais procedem ao atendimento - no Setor de Serviço Social – a todas as pessoas que o solicitam. A finalidade deste atendimento é esclarecer, orientar e encaminhar os usuários para a utilização dos recursos específicos e disponíveis à comunidade. Estes atendimentos são registrados em um livro próprio, especificando-se o serviço adquirido e a medida efetuada.

❖ Acompanhamento de visitas

Em cumprimento à determinação judicial, o assistente social acompanha as visitas da criança e/ou adolescente a um dos pais, no local, dia e hora fixados pelo juiz. Muitas vezes estes acompanhamentos acontecem no próprio setor de serviço social do Fórum de Justiça da Comarca da Capital por ser um local neutro. Este procedimento visa acompanhar e observar o relacionamento entre as partes envolvidas. Através de relatório de acompanhamento é que este profissional informa ao Juiz o que julgar significativo.

❖ Participação em audiências

O assistente social poderá ser intimado pelo Juiz a comparecer à audiência, onde desempenhará funções pertinentes a sua condição profissional devendo respeitar acima de tudo o sigilo. Este procedimento de participar das audiências muitas vezes é necessário para que sejam melhor esclarecidos alguns fatos mencionados no Estudo Social e que por ventura ficaram dúbios.

❖ Estudo Social⁵

É realizado em cumprimento a determinação judicial, em processos de transferência de guarda, regulamentação de visitas, guarda e responsabilidade, interdição e outros. É solicitado enquanto “elemento neutro” na ação judicial. Tem por função trazer subsídios, conhecimentos que sirvam de “provas”, para determinados atos ou decisões a serem tomadas. Existe um compromisso com a verdade, sendo que o assistente social é “Perito de Confiança” do juiz ao qual está vinculado, além de observadas as determinações legais (Código de Processo Civil e Código Penal).

1.2.3.1 Mediação Familiar

No dia 09 de setembro de 2001 foi implantado o Serviço de Mediação Familiar no Fórum de Justiça da Comarca da Capital, que vem inovar no âmbito da separação, a fim de que esta se torne um processo menos traumático e mais humano para todos os membros da família. A Mediação Familiar utiliza as instalações do Fórum de Justiça da Comarca da Capital e de alguns profissionais deste meio. É um trabalho completamente diferenciado do que ocorre nas formas tradicionais processos de separação, pois é um método alternativo não adversarial de resolução de conflitos e é considerado uma prática de intervenção.

⁵ O tema Estudo Social será objeto do terceiro capítulo.

Anteriormente à Mediação eram realizados acordos no Setor de Serviço Social, porém não eram homologados pelo juiz, o que não garantia sua legitimidade.

Os meios tradicionais não conseguem, muitas vezes, corresponder à realidade das famílias e muito menos dos seus membros de forma individualizada. As crianças são as mais prejudicadas, e acabam servindo de escudo entre os pais que colocam um ponto final na relação de amor que existia, iniciando um processo de ódio que não permite mais nenhum tipo de relacionamento sadio.

A Mediação Familiar chega como uma forma alternativa ao Judiciário, a fim de que as decisões de litígio que são tomadas por um juiz se transfiram para o próprio casal com auxílio de um mediador, que é pessoa neutra e capacitada para tal função. É interessante lembrar que apesar de na maioria dos casos os escritórios/setores de mediação estejam localizados em Fóruns de justiça, a questão poderia ser resolvida fora da esfera judicial. Mesmo porque a Mediação Familiar não utiliza a burocracia do meio jurídico para a sua realização.

Desta forma, a decisão é amadurecida pelo casal e a opinião própria sempre é levada em conta para evitar que aconteça como na maior parte das decisões tomadas judicialmente: o descumprimento do acordo. Além de evitar maiores traumas para todas as pessoas envolvidas, pais e filhos têm a possibilidade de viver em maior harmonia e com menos traumas pós-separação.

Os filhos são para a vida toda, diferentemente da relação do casal que se extingue na separação/divórcio/dissolução da sociedade de fato. A condição de pai e mãe precisa acontecer “para sempre” e o ideal é que esta relação seja harmônica, tanto entre pai e mãe, como também entre pais e filhos. Já um casal sem filhos consegue colocar um ponto final em uma relação restando apenas questões materiais a serem discutidas.

Do cônjuge sempre é possível separar-se quando a convivência se torna insuportável ou quando se chega a conclusão de ter casado com a pessoa errada. Entre pais e filhos, a desvinculação é mais difícil, mesmo quando a pessoa não tem os pais ou os filhos que gostaria(...) (MALDONADO, 1987, p.174)

É importante se observar que apesar da alternativa da mediação e desta visão inovadora, os processos da área de família continuarão a existir e o assistente social continuará a ser solicitado em momentos importantes, nos quais os juizes necessitam de assessoramento deste profissional para tal função. Sendo assim, se solicita a realização de Estudo Social pelo assistente social que é o técnico habilitado para tal fim.

No momento que falamos em família, questões de convivência e relacionamento familiar, precisamos estar esclarecendo um pouco das formas de união mais utilizadas, que são o casamento e a união informal. O grande número de uniões informais atualmente ocorre porque este tipo de união também se caracteriza como uma entidade familiar e os cônjuges têm praticamente os mesmos direitos daqueles que são casados legalmente. Como se percebe atualmente, da mesma forma que existe uma grande facilidade para se concretizar uma união, seja ela formal ou não, também existe uma grande facilidade para que o rompimento desta mesma união aconteça, ao que podemos dar o nome de separação e também de dissolução de sociedade de fato.

Em um processo judicial de separação ou de dissolução de sociedade de fato o casal precisa estar solucionando diversas questões, como com quem ficam os bens, alimentos para os filhos, visitas para os filhos, guarda, enfim, são diversos os fatores que precisam ser definidos no momento o rompimento de uma relação. Apesar de um casal estar definindo algumas questões hoje, muitos acabam após algum período de tempo mudando suas decisões, o que acarreta novos processos, que normalmente chegam até o serviço social para que seja realizado um Estudo Social. E é justamente sobre uma destas mudanças de decisão que iremos discorrer: a guarda, que normalmente é definida na separação do casal, pode ser mudada a qualquer tempo, bastando que a parte interessada se manifeste através de processo. Geralmente este é um fator que gera muitas brigas, o que faz com que o magistrado precise do apoio técnico do serviço social para chegar à uma decisão mais adequada.

Conforme o exposto até este momento, percebe-se a importância do assistente social na intervenção em problemáticas familiares, em especial quando envolvendo crianças e/ou adolescentes, principalmente quando

existe disputa entre os pais pela guarda daqueles. Mas para melhor poder tratar deste tema e efetivar-se a pretensão de analisar o Estudo Social nos processos de guarda, faz-se necessário estudar de forma sucinta a família, suas formas de constituição, dissolução e os efeitos desta sobre as relações entre pais e filhos, o que se procurará realizar no próximo Capítulo.

2 DA FAMÍLIA: SUA CONSTITUIÇÃO, DISSOLUÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE PAIS E FILHOS

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, ou seja, a análise do Estudo Social em processos de guarda, faz-se necessário o estudo da família e seus institutos decorrentes, porém com abrangência sucinta.

Inicialmente se abordará aspectos gerais sobre o tema família e suas formas de constituição e dissolução para, finalmente, apresentar-se os efeitos da família e seus institutos sobre a guarda.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE FAMÍLIA

A família é uma forma de representação social que os diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e consangüinidade e pode ser considerada pedra fundamental de toda a sociedade. Caracteriza-se, portanto como uma realidade construída simbolicamente e que expressa, produz, reproduz e legitima valores morais, religiosos e ideológicos condicionados historicamente e articulados dialeticamente com a estrutura social na qual estão inseridos.

O indivíduo é a menor unidade do sistema familiar – uma entidade separada, mas uma peça do todo... Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada. (MINUCHIN, 1999, p. 26)

As inúmeras transformações que a família e a sociedade vem sofrendo no decorrer dos tempos são o resultado de determinadas condições sociais, culturais, políticas e econômicas do mundo atual. A família passa por transformações principalmente quando tem que passar pelos ciclos naturais de vida, como por exemplo: nascimento, reprodução e morte, que é um ciclo básico. Em cada uma destas fases da vida, as pessoas têm que se adaptar, pois diversas transformações acabam ocorrendo e mudam por completo suas vidas. São questões como casamentos repentinos, movimento migratório, nascimento e crescimento dos filhos, o momento que estes vão à escola, adolescência, casamento dos filhos, envelhecimento dos pais, brigas, separação dos pais, morte de entes queridos, desemprego, enfim, não faltam questões que possam ilustrar as diversas crises que uma família pode passar durante toda a sua existência.

O desemprego é bastante lembrado por Arcoverde (1999), já que ele acaba de certa forma acarretando uma série de outros problemas sociais que trazem conseqüências diretas para as famílias. Uma pessoa desempregada fica automaticamente fragilizada, perde as amizades que tinha, se desvincula dos colegas do trabalho e se sente excluída até da família, principalmente porque o pai (que seria o chefe da família) acaba perdendo este papel de chefe justamente por não conseguir ser mais o provedor do lar. O que se percebe é que com as mudanças radicais sofridas pelas famílias, como processos de empobrecimento acelerado, as famílias têm se tornado mais vulneráveis e susceptíveis a maiores cuidados.

Dentro do contexto de transformações complexas e aceleradas em que a família contemporânea se insere, inúmeras mudanças são perceptíveis, como o seu estilo de vida, rotinas, valores e hábitos diferenciados nas condições de vida atuais. Sendo assim, podemos dizer que não existe mais um único modelo dominante de família, pois cada vez mais as famílias passam a conviver legitimamente com uma pluralidade de outros padrões de arranjos familiares e de vida. O que se pode dizer é que quando se fala em família, não se pode falar em algo homogêneo, mas em algo que possui inúmeras faces.

Para ilustrar um pouco sobre os ciclos que a família atravessa utilizar-se-á a tabela utilizada por Carter, McGlodrick apud Ávila, Silva (2001):

OS ESTÁGIOS DO CICLO DE VIDA FAMILIAR

| Estágio do Ciclo de Vida Familiar | Processo Emocional de Transição: Princípios-chave | Mudanças de Segunda Ordem no Status Familiar Necessárias para Prosseguir Desenvolvementalmente |
|---|---|---|
| 1. Saindo de casa: jovens solteiros | Aceitas a responsabilidade emocional e financeira pelo eu | -Diferenciação pelo eu em relação à família de origem -Desenvolvimento de relacionamentos íntimos com adultos iguais -Estabelecimento do eu com relação ao trabalho e independência financeira |
| 2. A união de famílias no casamento: o novo casal | Comprometimento com novo sistema | -Formação do sistema marital -Realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos para incluir o cônjuge |
| 3. Famílias com filhos pequenos | Aceitar novos membros no sistema | -Ajustar o sistema conjugal para criar espaço para o(s) filho(s) -Unir-se nas tarefas de educação dos filhos, nas tarefas financeiras e domésticas -Realinhamento dos relacionamentos com a família ampliada para incluir os papéis de pais e avós |
| 4. Famílias com filhos adolescentes | Aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e a fragilidade dos avós | -Modificar os relacionamentos progenitor-filho para permitir ao adolescente movimentar-se para dentro e para fora do sistema -Novo foco nas questões conjugais e profissionais do meio de vida -Começar a mudança no sentido de cuidar da geração mais velha |
| 5. Lançando os filhos e seguindo a frente | Aceitar várias saídas e entradas no sistema familiar | -Renegociar o sistema conjugal com diáde -Desenvolvimento de relacionamentos de adulto para adulto entre os filhos crescidos e seus pais -Realinhamento dos relacionamentos para incluir parentes por afinidade e netos - Lidar com incapacidades e morte dos pais(avós) |
| 6. Família no estágio tardio de vida | Aceitar a mudança dos papéis geracionais | -Manter o funcionamento e os interesses próprios e/ou do casal em face do declínio fisiológico -Apoiar um papel mais central da geração do meio |

Estas novas transformações que a família vem admitindo exigem a busca de maior racionalidade em nossas ações, resultados e, também, de novos e modernos instrumentos de intervenção que dêem conta destas novas demandas. Visualizar recursos, avaliar resultados e compromissos éticos para o avanço na intervenção junto à família são desafios dos

profissionais que trabalham na área de família. Dentre estes profissionais o assistente social é de fundamental importância.

Segundo Miotto (1999), a família inspira cuidados e por isso deve-se priorizar a questão da cidadania das famílias e a responsabilidade social que se deve ter em relação a elas, mesmo porque o terreno sobre o qual a família se movimenta não é o da estabilidade, mas o do conflito, o da contradição.

De uma forma sucinta foram abordados nesta seção os aspectos gerais da família. A partir destes serão estudados suas formas de constituição, o entendimento do funcionamento da família e das relações entre seus membros.

2.2 CASAMENTO / UNIÃO INFORMAL

A família pode ser originada do casamento formal ou da união estável ou informal, como ultimamente se tem denominado.

O casamento é entendido como um compromisso sólido e de coabitação entre duas pessoas, implicando encantamento, apoio mútuo, respeito, compreensão, ou seja, uma troca entre ambos. Esta união é simbolizada por um par de alianças (quando a união é selada religiosamente) que os noivos utilizam e representa a cumplicidade entre eles, numa relação afetiva, que se forma por pensamentos e metas pessoais, para viverem com seus parceiros em harmonia.

O casamento quando realizado legalmente é um “vínculo jurídico entre o homem e a mulher que visa o auxílio mútuo material e espiritual de modo que haja uma integração fisiopsíquica e a constituição de uma família legítima”. (DINIZ, 2000)

No direito privado, segundo Espínola *apud* Diniz, o casamento é a mais importante e poderosa de todas as instituições por ser uma das bases da família, que é a pedra angular da sociedade. “Logo, o matrimônio é a peça-chave de todo o sistema social, constituindo o pilar do esquema moral, social e cultural do país.” (ESPINOLA *apud* DINIZ, 2000)

Diniz (2000) ainda elege os seguintes fins do matrimônio:

- a) A legitimidade da família;
- b) A procriação dos filhos;
- c) A legalização das relações sexuais entre os cônjuges;
- d) A prestação de auxílio mútuo;
- e) O estabelecimento de deveres;
- f) A educação da prole;
- g) A atribuição do nome da esposa e aos filhos
- h) A reparação de erros do passado recente ou não;
- i) A regularização de relações econômicas;
- j) A legalização de estados de fato.

Com relação à União Informal, o art. 1º da Lei 9.278 de 10 de maio de 1996, que regula o § 3º do art 226 da Constituição da República Federativa do Brasil, diz que é reconhecida como entidade familiar a convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família.

O que se sabe é que a relação se dá de forma um pouco complicada, ou seja, assumindo o compromisso com o parceiro(a) o outro cônjuge acaba tendo que aceitar também a família do companheiro(a) além dos filhos que provavelmente um dia virão. Existem casais que vão morar juntos e já tem filhos de outros relacionamentos, muitas vezes a sogra vem morar com o casal, ou o próprio casal se muda para a casa da família e tem que se adaptar aos costumes já adquiridos há muitos anos, o que acaba sendo uma tarefa difícil para todos e gera muitos desentendimentos.

De acordo com o psicólogo Carnot, (2001) um outro fator que faz com que as relações de casados sejam um pouco mais complicadas, é que quando se namora existe um componente em nossa personalidade chamado Persona, o que faz com que mostremos o que achamos que o outro quer ver ou saber, assim como uma propaganda enganosa, mostra-se apenas o que vale a pena. “Existe o desejo e a paixão, que durante o namoro, faz mentir, faz desqualificar o ruim, faz esquecer ou nem ver o que é bom. Casados não, as frustrações do dia-a-dia, surgem e fazem as tensões e os desencontros do trabalho, da vida íntima, do cotidiano.”

Porém, sempre que existe o verdadeiro amor, existe a possibilidade de um casal fazer as pazes e reatar após uma discussão, mas quando o amor não é mais um ingrediente na relação, as brigas começam e acabam se transformando no fim do casamento ou da união informal, ou seja, na separação do casal.

Esta separação do casal pode ocorrer através da separação judicial quando há união formal (casamento), ou na dissolução da sociedade de fato existente entre os companheiros (união informal). Ambas são formas de rompimento da vida comum e serão analisadas a seguir.

2.3 SEPARAÇÃO / DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE FATO

Enquanto o casamento e a união informal significam união de um casal, a separação ou a dissolução da sociedade de fato significam a quebra, o rompimento dessa união, que por sua vez, traz uma série de consequências para todos os que estão nela envolvidos.

A Separação Judicial dissolve a sociedade conjugal, mas conserva íntegro o vínculo, impedindo os cônjuges de convolar novas núpcias, pois o vínculo matrimonial, se válido, só termina com a morte de um deles ou com o divórcio. O divórcio, em razão de fatos supervenientes ao casamento válido, dissolve tanto a sociedade conjugal como o vínculo matrimonial, autorizando os consoantes a se casar novamente. (DINIZ, 2000, p.199)

Em ambos os casos de sociedade conjugal, se existe o casamento legal ou se existe a união informal e o casal não deseja mais dar continuidade a esta união é prudente que procure um Fórum para orientações e posteriormente um advogado para dar entrada na ação judicial. Como já se abordou, em um processo de separação judicial, bem como de dissolução de sociedade de fato o casal precisa solucionar uma série de questões com relação aos filhos, como alimentos, visitas, guarda. Entre os cônjuges, as questões abordadas se relacionam ao nome da mulher (quando casados no civil), com quem vão ficar os bens, pensão alimentícia entre os cônjuges, dívidas e assim por diante.

A separação se dá principalmente porque o casal percebe que não tem mais as afinidades que tinha quando se conheceram e decidiram se casar/se unir, ou mesmo, o que ocorre é o que foi comentado anteriormente, a “propaganda enganosa” é descoberta pelo outro ou por ambos. Em alguns casos até mesmo o processo do conhecimento do casal se dá em um momento de crise, de competição, de discussão. Imaginemos então em que poderia resultar uma relação que teve seu início aos “trancos e barrancos”? Alguma hora a “bomba” acaba “estourando” e a relação chega a um fim. Um bom exemplo disso é uma relação que se inicia com uma gravidez inesperada, quando o casal ainda não tem intimidade suficiente e precisa criá-la do dia para a noite. São poucos os casais que conseguem superar isso e manter uma relação sólida.

O que se percebe é que a relação de amor e de paixão que antes existia se transforma em ódio e é muito difícil que venha a se reverter, pois o carinho acaba, e um quer “acabar com a raça do outro”, de acordo com depoimento da presidente do IBDFAM-SC, Anita Gomes Vieira⁶.

Por outro lado pode ocorrer a dissolução da união pelo simples término do amor, sem a necessidade da existência de uma conduta desonrosa por parte de um dos companheiros, conforme se observa na citação abaixo:

Casamento é compromisso, engajamento, fidelidade, solidariedade, respeito mútuo, reciprocidade no afeto, estrada de duas mãos. A conduta desonrosa da parte de qualquer dos cônjuges é a negação da liberdade engajada, configurando a transgressão de um dos deveres fundamentais da sociedade conjugal, o que torna insuportável a vida em comum. Mas o desastre matrimonial pode ser resultado do desamor que, mesmo despido do procedimento moral incompatível, pode levar à separação, a se a vida a dois se tornar intolerável. (XAVIER *apud* BRASIL, 1995)

Quando se ouve falar em separação, seja ela qual for, pensa-se em algo extremamente ruim, ou seja, tudo o que se pensa é para o lado negativo. A princípio, jamais se pensa que a separação pode ser alguma coisa boa.

⁶ Anita Gomes Vieira é presidente do IBDFAM em Santa Catarina e esteve presente no Encontro de Mediação: Realidade e Perspectivas que se realizou nos dias 16 e 17 de agosto de 2001 no Hotel Bristol Castelmor em Florianópolis –SC).

Para chegar a ponto de se separar, um casal já passou por muito sofrimento e provavelmente já tentou a reconciliação. Os casais procuram evitar maior sofrimento a si próprios e quando existem os filhos, tentam primeiramente evitar qualquer tipo de sofrimento a estes.

De acordo com Maldonado (1987, p. 21) "A motivação principal para começar ou manter um casamento é, por vezes, o **medo da solidão**(...) É um pedido de socorro, pré-requisito de sobrevivência(...)"

Para uns pode parecer estranho, mas as partes envolvidas, após um período de readaptação à nova vida podem se sentir melhor do que quando casadas e passando por momentos de crise. Nestes casos acontece uma evolução, as pessoas crescem e o momento de crise passa dando lugar a uma nova situação, podendo ser ela boa ou ruim.

Não se pode esquecer que a separação de um casal não foi e não vai ser o único momento de perda na vida das pessoas. As separações acontecem na vida de todos, estejam casados ou não. Como, por exemplo, no caso do nascimento, do desmame, ou seja, são momentos de grande importância que fazem parte da vida, principalmente para que as pessoas evoluam. Para isso existem perdas e ganhos que acarretam sofrimentos, mas que fazem com que exista um renascimento, tanto interior como exterior.

É interessante lembrar que os casais estão vivenciando o auge de uma crise, bem como nas fases da vida já citadas.

Há o medo de estar enlouquecendo, perdendo o controle. Tudo parece gigantesco, pesado e esmagador – 'de repente, me vejo com todos os encargos: de ser o homem e a mulher da casa, cuidando de tudo sem dar conta de nada'. É a impressão de ter que enfrentar algo muito maior do que a gente mesmo. (MALDONADO, 1987, p.15)

Quando o casal em processo de separação tem filhos (o que acontece na maioria dos casos), o choque de perder o pai ou a mãe por causa da separação pode ser trágico para a criança, simbolizando muitas vezes a morte de alguém amado.

Cabe salientar novamente que, em alguns casos a separação traz sensação de alívio para parte das crianças e/ou adolescentes, em função de estes viverem em um ambiente hostil, cheio de agressões, tanto de ordem

física quanto verbal. A separação é traumática para as crianças e/ou adolescentes, mas pode ser trabalhada, sendo que o impacto vai depender da idade e da qualidade da assistência que é dada pelos pais em período posterior à separação.

Para alguns filhos, a notícia da separação é não apenas esperada como também bem-vinda, especialmente quando vivem sob uma atmosfera opressora e tensa com os pais casados e vislumbram uma perspectiva de vida mais tranqüila morando longe do pai e/ou da mãe – ... (MALDONADO, 1987, p.151,152)

Um pouco do sofrimento pode ser aliviado. No entanto ele não pode ser totalmente eliminado. Um filho não pode impedir que os pais briguem, nem tampouco que se separem. Mas um filho pode sobreviver ou até se beneficiar, se a separação for trabalhada de forma sadia e os cônjuges guardarem suas diferenças para si mesmos.

× Angeli (2002), destaca que Judith Wallerstein, uma terapeuta americana, chegou a conclusão de que a separação dos pais é um golpe para os filhos, enquanto a psicóloga Mavis Hetherington, também americana, concluiu em suas pesquisas que o sofrimento existe, mas 75 a 80% das crianças conseguem se recuperar muito bem da crise. Já o psiquiatra Haim Grunspun, da PUC de São Paulo, que trabalha há 20 anos com filhos de pais divorciados, acredita que a possibilidade de a criança vir a ter problemas vai depender de como o divórcio é conduzido. Se os pais não alimentarem um conflito, evitarem usar os filhos de pombo-correio, não falarem mal de um parceiro para o outro, não alterarem a rotina dos filhos na escola, lazer e demais atividades, a separação vai ser bem menos dolorosa e as seqüelas serão muito menores.

Quando da separação/dissolução litigiosa do casal, ocorre o principal momento para que se determine a realização de um estudo Social, pois é a partir deste que se procura o melhor encaminhamento para se definir a guarda dos filhos. Assim, na seção seguinte, analisar-se-á a guarda para posteriormente se dissertar sobre o Estudo Social nos Processos de Guarda das Varas de Família, Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital.

2.4 GUARDA

A guarda é uma questão extremamente delicada que envolve a vida de uma criança e/ou adolescente que não pediu para fazer parte de uma briga entre os pais, avós, tios, enfim, qualquer pessoa que esteja solicitando-a de uma criança e/ou adolescente.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) tem um capítulo que trata exclusivamente da guarda, só que para terceiros. O que ocorre é que no art 2º da Lei 9.278 de maio de 1996, que regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal diz que são direitos e deveres iguais dos conviventes:

- I- respeito e consideração mútuos;
- II- assistência moral e material recíproca;
- III- guarda, sustento e educação dos filhos comuns.

Portanto fica subentendido que a guarda é dos pais e cabe a eles a sua manutenção.

Ainda no art. 22 do ECA encontramos que “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda no interesse destes a obrigação de cumprir as determinações judiciais.”

Destacar-se-ão principalmente as solicitações de guarda pelos pais, mas é interessante que o leitor transfira esta situação para qualquer pessoa que esteja solicitando a guarda, pois tais situações costumam se repetir com bastante frequência.

Crianças e/ou adolescentes não costumam ter nada a ver com os desentendimentos dos pais, mas são, sem sombra de dúvida, aqueles que mais sofrem e por inúmeras vezes são usados como escudo e objeto nas mãos de quem disputa a guarda. Costumam se sentir aterrorizadas, se percebem separadas da família, se vêem sozinhas e isoladas, mesmo estando em um momento em que precisariam de mais segurança. Acabam por vezes se sentindo culpadas pela separação dos pais.

Weiss (1998), revela que apesar de estar consignado que o que deve prevalecer, única e exclusivamente, é o interesse superior da criança e/ou do adolescente, os adultos reivindicam, frequentemente, o “direito da criança” como se fosse a posse de um objeto, onde a criança/adolescente

passa a ser um brinquedo nas mãos dos progenitores, simplesmente para a realização e satisfação pessoal de ambos.

Não existem dúvidas que o contato dos filhos com o genitor que não possui a guarda diminui sensivelmente após a separação, mas isso não deveria ser motivo de uma “guerra”.

De fato, a ideia hoje a respeito da criança está em sua maioria ligada à ideia de amor e proteção. No entanto, muitas vezes os pais, após a separação querem deter o monopólio afetivo da criança, o que explica os litígios principalmente com relação à guarda e também com relação às visitas.

Além dos diversos traumas causados pela separação dos pais existe a falta de compreensão de alguns profissionais, que solicitam que a criança e/ou adolescente compareça em juízo ou responda a perguntas que não cabe a sua pessoa responder. Questionam e chegam ao cúmulo de perguntarem para a criança se ela prefere ficar com o pai ou com a mãe, ou seja, acaba causando um grande trauma, além de transferir para a criança e/ou adolescente uma responsabilidade que é do adulto e não dela. E este pode ser um peso que acaba sendo levado para a vida toda, já que realmente é uma situação traumática.

Em depoimento à uma assistente social desta comarca, um rapaz de 20 anos revelou que seu comparecimento foi solicitado em juízo, a fim de que se expressasse com relação à separação dos pais, e segundo o mesmo, este foi o dia mais triste da sua vida. Imagina-se então o trauma que estaria sendo causado em uma criança na sua mais tenra idade, principalmente quando é instada a tomar partido sobre um assunto que diz respeito a seus pais.

Segundo Serpa *apud* MC Dermont (1999), crianças são freqüentemente instadas a tomar partido, não só pelos pais, como pelos parentes e amigos envolvidos na situação. As crianças sofrem muito, pois estão atravessando por um período extremamente conturbado em suas vidas. Sentem uma sensação de abandono e sofrem de stress infantil, que é decorrente da violência e desajuste do divórcio dos pais.

Estudos psiquiátricos revelam que o divórcio afeta as crianças de maneira diferenciada, de acordo com a idade, mas não deixa de apresentar em todos os casos conseqüências danosas à saúde mental e emocional. (SERPA, 1999,p. 81)

Infelizmente sabemos que, com relação à guarda dos filhos, ainda se considera na maioria dos casos qual seria o melhor cônjuge para ficar com as crianças, levando em consideração principalmente o passado do pai e da mãe, o que pode acabar prejudicando um dos cônjuges e também as crianças e/ou adolescentes que comumente acabam ficando em segundo plano.

SERPA, *apud* ERICKSSON, discute de forma bastante clara esta questão:

Evidências clínicas citadas no artigo de Drapkin, revelam que os pais, em processo de separação tem grande dificuldade em separar seus próprios interesses dos interesses da criança e além disso discordam com relação ao que as crianças verdadeiramente precisam. (SERPA, 1999,p.76)

Uma outra questão extremamente importante é que os pais perdem completamente a noção de que os filhos não são de sua propriedade, mas sim que são pessoas que vão auxiliá-los na educação, vão assumir papéis sociais, inserindo-os na sociedade de maneira geral. Os pais muitas vezes parece que precisariam estar sendo lembrados de que não são “donos” dos filhos.

A guarda dos filhos ainda é, predominantemente, da mãe. A lei favorece muito a mulher, neste aspecto: só não fica com a guarda quando comprovadamente sofre de distúrbios mentais graves, ou tem conduta considerada imoral, quando voluntariamente abre mão de ficar com os filhos ou quando eles, a partir de 14 anos, passam a ter direito de decidir com quem querem morar (MALDONADO, 1987, p.174)

É preciso que se observe que vem crescendo o número de mães que abdicam do direito de ficarem com a guarda dos filhos para iniciarem uma nova vida longe deles e do ex-marido.

Outra questão que não pode ser esquecida é que com relação a vigência do Novo Código Civil no início do ano de 2003 algumas questões

vão ser modificadas. Claro que estas mudanças vão ocorrer pelo fato de já estarem acontecendo e aparecendo nas jurisprudências de todo o Brasil há alguns anos. Segundo Silva, Lobato e Moraes, (2002) o novo Código Civil põe fim à posse exclusiva da mulher sobre os filhos. Sendo assim, a guarda deverá ficar com aquele que oferecer melhores condições para as crianças.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, esta passa a ter os seus direitos aumentados, pelo fato de adquirir certa autonomia econômica, contribuindo para o sustento da casa, assim como o marido. Por isso também fica mais fácil para que ela permita que os filhos permaneçam com o pai, já que as mães, por vezes quando casadas, já não estão em casa com os filhos.

Como ainda não é costume o pai ficar com a guarda dos filhos pequenos com a mesma frequência que a mãe, esta situação tende a causar estranheza e a ser vivida como traumática por algumas crianças. Isto provavelmente diminuirá de intensidade quando culturalmente ficar sob os cuidados do pai for uma alternativa tão válida quanto ficar com a mãe. (MALDONADO, 1987, p.174)

Porém, o que ocorre muitas vezes é que nem o pai, nem a mãe têm a possibilidade e as condições de oferecer apoio emocional, assistência psicológica e material, o que faz com que se recorra a outras pessoas como avós, tios, enfim, quando se percebe que nem um nem outro são adequados para satisfazer as necessidades dos filhos, de modo geral, se procura outras pessoas que possam ser mais adequadas para isso.

Quando um dos pais fica com a guarda, muitas vezes o outro se sente prejudicado principalmente pela perda de contato:

Com a perda da convivência diária, muitos pais e mães se sentem inseguros, com medo de que os filhos deixem de gostar deles e acabem se ligando a outras pessoas. Com a falta de confiança na força do vínculo, que pode se manter sólido mesmo sem o contato cotidiano, surgem as tentativas sôfregas de conquista dos filhos, o que quase sempre envolve competição com o ex-cônjuge. (MALDONADO, 1987, p.176)

Porém, também precisamos considerar que existem muitos casos de crianças que vivem com pai e mãe e são verdadeiramente abandonadas. Então o simples fato de um casal estar separado não significa que os filhos

vão ficar abandonados, mas pode haver maior aproximação dos pais com os filhos e vice-versa. Segundo Maldonado, (1987) em qualquer época da vida pais e filhos podem se descobrir – em depoimento um pai revela que depois da separação passou a ter muito mais contato com sua filha, já que antes era um pai muito ausente, mergulhava no trabalho e nos livros para fugir ao tédio e à insatisfação.

Pais separados muitas vezes não conseguem se adaptar por completo a determinadas situações, porém é importante que consigam manter uma relação saudável com seus filhos. Se a relação do pai com os filhos é boa, ela pode acabar se tornando muito melhor do que quando os pais ainda moravam na mesma casa.

A vingança é um ingrediente que geralmente se faz presente com a separação. O que ocorre é que geralmente a parte mais afetada procura se vingar dando mais trabalho para o outro na tarefa de cuidar dos filhos, por exemplo, com objetivo de que o outro se arrependa da separação. A vingança é de extremo mau gosto, já que quem mais vai sofrer com este ódio é a criança e não propriamente o ex-cônjuge.

O assistente social quando solicitado pelo juiz a realizar um Estudo Social em um processo de guarda de uma criança e/ou adolescente, precisa analisar muito bem o caso e estudar todas as possibilidades e de forma alguma pode esquecer que se está lidando com a vida de uma criança e/ou adolescente, que precisa de cuidados especiais de todos que estão a sua volta, e em especial daquele que por ventura vier a ficar com a guarda.

Se em uma guarda, por exemplo, a decisão final não é definitiva, podendo ser mudada a todo e qualquer momento, então porque tentar prever o futuro? Quando este dia chegar todos saberão se é assim que deve continuar ou se é necessária alguma transformação no que foi decidido, e ambas as partes, seja pai ou mãe, têm total liberdade de estar novamente recorrendo ao Judiciário para solucionar algo que não está sendo cumprido, que ficou pendente, ou alterar para melhorar o acordado anteriormente.

Se o processo for de guarda, determinados dados precisam estar presentes, se for uma regulamentação de visitas, outros, e assim por diante.

Em uma disputa de guarda deve-se no Parecer estar indicando quem dos pais é o mais apto para ficar com o(s) filho(os), e um dos requisitos

básicos é que o que fique responsável possa atender as responsabilidades e reais necessidades do(s) filho(os). A grande questão ocorre quando ambos atendem aos requisitos. Sendo assim, deve-se procurar indicar a medida menos prejudicial para todos, atentos os princípios da proteção integral e dos melhores interesses da criança e do adolescente.

Com o estudo da família, especialmente da guarda, obteve-se fundamentos suficientes para iniciar-se a análise do Estudo Social nos Processos de Guarda das Varas da Família, Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, o que se dará no próximo capítulo.

3 O ESTUDO SOCIAL NOS PROCESSOS DE GUARDA NAS VARAS DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA COMARCA DA CAPITAL

Como já visto, a partir deste capítulo procurar-se-á analisar o Estudo Social nos processos de guarda nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital, visando propor o modelo de Estudo Social para estes fins. Para isto, inicialmente se dissertará a respeito do Estudo Social em sentido amplo e posteriormente se analisará as entrevistas realizadas com pessoas diretamente envolvidas com processos de guarda.

Por fim, com base no referencial teórico anterior e nos depoimentos coletados, analisaremos o modelo de Estudo Social para processos de guarda.

3.1 O ESTUDO SOCIAL

Para se entender o que é propriamente o Estudo Social, primeiramente se precisa compreender como funciona um Processo Judicial. Nos casos de litígio, primeiramente uma das partes interessadas procura um advogado para dar entrada ao Processo. Logo em seguida a outra parte precisa ser citada e quando isso acontece vai precisar de um advogado para contestar aquilo que foi colocado pela primeira. São realizadas audiências e comumente antes delas, cabe ao juiz decidir se existe a necessidade de solicitar ao assistente social um Estudo Social. Dal Pizzol (2001) esclarece um pouco a respeito do papel do juiz em um Processo Judicial:

(...) é o juiz que dirige o processo (art.125 do CPC), atento ao equilíbrio das partes, oportunizando que expressem suas razões, bem como a produção de provas para que no final, possa decidir a questão apresentada. Nem sempre o caso é caracterizado por litígio, podendo ser de cunho voluntário (administrativo); mesmo assim o magistrado necessita que os fatos sejam claramente expressos, os interesses demonstrados, e que tudo seja devidamente provado, para que possa tomar sua decisão. (Dal Pizzol, 2001,p. 35, 36)

Alguns profissionais como Dal Pizzol (2001) acreditam que exista tanto a denominação Perícia Social, como Estudo Social e que existem diferenças entre estas denominações. Para ele, no Estudo Social os profissionais se atem a questões de cunho técnico e ético, enquanto que na perícia, o profissional além de observar estes fatores tem que estar ciente das regras processuais que constam no Código de Processo Civil.

De acordo com Dal Pizzol (2001) *apud* Rosa, perícia judicial é “atividade técnica e processual, que se materializa no processo através de laudo ou de qualquer outra forma legalmente prevista, na condição de instrumento. Perícia Judicial é atividade, é trabalho técnico desenvolvido dentro de normas aplicáveis, resulta tanto de uma atividade técnica como de uma atividade processual”.

No presente trabalho utilizar-se-á a denominação Estudo Social, por ser esta a mais utilizada nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões do Fórum da Comarca da Capital, além de ter sido o termo utilizado em unanimidade pelos assistentes sociais e magistrados.

O Estudo Social é realizado pelos assistentes sociais do Judiciário em diversas modalidades, e serve para orientar o seu trabalho, tanto na fase de planejamento de certas intervenções, como para demonstrar a situação sobre uma realidade investigada ou trabalhada dentro do Processo Judicial. Por isso é realizado em cumprimento a determinação judicial, atuação prevista na legislação do Serviço Social, conforme Decreto número 994, de 15 de maio de 1962, que expões em seu artigo 5º:

- A- Aceitar designação por autoridade judicial para atuar como perito em assunto de sua competência;
- B- Informar o usuário acerca da finalidade de sua atuação no desempenho do trabalho de caráter pericial;

C- Agir, quando perito, com isenção de ânimo e imparcialidade, limitando seu pronunciamento a laudos pertinentes à área de suas atribuições e competências.

O próprio ECA garante em seu artigo 161, § 1º que: “Havendo necessidade, a autoridade judiciária poderá determinar a realização de estudo social ou perícia por equipe interprofissional, bem como a oitiva de testemunhas”

Obedecendo a legislação própria do serviço social, o assistente social do judiciário é subordinado aos juízes de Direito das Varas de Família, que no caso do Fórum da Comarca da Capital são em número de duas. Este profissional automaticamente irá atuar nos processos dessas varas por solicitação dos respectivos juizes.

É realizado um Estudo Social a respeito da realidade vivida pelas partes, verificando-se o cotidiano da família no momento presente. É importante que fique claro que o relatório pericial que é realizado diz respeito apenas ao presente, evitando-se ao máximo ir fundo ao passado ou tentando prever o futuro.

Para tanto o assistente social necessita de embasamento teórico e metodologia específica do Serviço Social, fornecendo subsídios para o juiz poder dar a sentença judicial. Este Estudo precisa ser elaborado de forma clara, preferencialmente sendo redigido em forma de narrativa, já que assim é possível que sejam expressas as emoções, intenções e pode-se estar utilizando as falas das pessoas, como prova do relato que deve obedecer aos moldes do Judiciário. Além disso, precisa-se lembrar que se está lidando com seres humanos e o trabalho será apreciado pelo juiz, promotor de justiça, advogados das partes, e quando vão as instâncias superiores (Tribunal de Justiça), passam pela apreciação de desembargadores e procuradores de justiça.

É no Estudo Social que o assistente social vai coletar dados sobre os quais se baseará o Parecer Social, que representa a sua opinião a partir do conhecimento técnico específico sobre os fatos observados naquele momento. O Parecer é o posicionamento consciente do assistente social, sobre aquilo que foi observado e explicitado no Estudo Social e sempre se

faz necessário principalmente em processos litigiosos, pois, muitos juizes procuram no Parecer do assistente social, razões para suas decisões.

3.2 INSTRUMENTAL TÉCNICO PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO SOCIAL

Para a realização do Estudo Social, os assistentes sociais utilizam diferentes instrumentais, que se diferem dependendo do objetivo de cada Estudo. De acordo com SILVA, (2000), abaixo estão alguns instrumentais utilizados pelos assistentes sociais que realizam Estudo Social no Fórum de Justiça da Comarca da Capital.

-Entrevista: É um dos instrumentos mais utilizados e tem que ser sempre trabalhado com extrema atenção, pois qualquer deslize do profissional pode acabar causando interpretações erradas das partes que estão envolvidas nos processos, principalmente aquelas que por ventura se sentirem prejudicadas. A entrevista pode ser individual ou coletiva. Também pode ser realizada com pessoas da família ou com vizinhos, amigos, professores, enfim uma infinidade de pessoas, sendo que existem casos de estudos em que chegam a ser entrevistadas mais de 10 pessoas. A entrevista é o melhor meio para que as pessoas possam estar expressando os seus sentimentos. Pode revelar questões positivas e negativas além de revelar suas impressões no processo a respeito das questões discutidas.

-Visita Domiciliar: Algumas entrevistas acontecem no próprio domicílio da família, o que às vezes faz com que as pessoas fiquem mais à vontade, demonstrem mais espontaneidade e possam expressar melhor seus sentimentos. A visita domiciliar permite a coleta de dados e observação do local em que a pessoa e/ou família vivem. É possível se constatar as condições em que todos vivem e principalmente as crianças e/ou os adolescentes. Pode-se perceber o modo de vida, a dinâmica do indivíduo, bem como o seu meio social, contato com a vizinhança, por exemplo, seus padrões culturais e se existe atendimento às necessidades básicas de abrigo e segurança.

- *Contatos Telefônicos*: Muitas vezes, por se tornar impossível ou bastante difícil a realização de uma visita (como nos casos de pessoas que moram distante e que podem estar fornecendo dados importantes para alguma situação) existe a necessidade de coletar dados através de contatos telefônicos.

- *Observação*: É através da observação que o assistente social consegue perceber sentimentos como amor, ódio, empatia, aversões, ressentimentos, conflitos, mentiras, enfim uma série de questões. Muitas vezes são questões que as pessoas não expressam em suas falas, mas que são percebidas com a prática profissional, podemos chamar de "feeling", uma expressão do inglês que tem muito a ver com percepção, com o sentir.

O uso de todos os instrumentais apresentados precisam estar de acordo com Código de Ética profissional do assistente social que prega uma série de questões, incluindo-se o sigilo profissional, que pode ser considerado um dos pontos mais importantes dentro do Código de Ética.

O Estudo Social comumente é realizado em processos de regulamentação de visitas, separação de corpos, separação litigiosa, dissolução de sociedade de fato, tutelas e curatelas, guarda requerida por terceiros (avós, tios, padrinhos, etc) e guarda disputada pelos pais, e é justamente nos Estudos Sociais de guarda disputada pelos pais que estaremos aprofundando nossa pesquisa.

3.3 O PONTO DE VISTA DO JUIZ E DO ASSISTENTE SOCIAL SOBRE O ESTUDO SOCIAL EM PROCESSOS DE GUARDA QUANDO O PEDIDO É FEITO PELOS PAIS

Da mesma forma que o juiz possui pontos a observar na situação e nas pessoas que requerem a guarda, que neste caso são os pais, o assistente social também tem questões que não podem ser esquecidas. São questões relevantes que sempre precisam ser observadas com relação à situação familiar, os vínculos com os familiares e com a sociedade em geral, a espontaneidade da criança e/ou adolescente em expressar suas vontades, crises, principais conflitos, se a criança e/ou adolescente tem limites. Deve-

se observar também questões como a situação sócio-econômica, condições de habitação, higiene, infra-estrutura, saúde física, psicológica e mental de todos os envolvidos e principalmente de quem reivindica a guarda, equilíbrio emocional, relacionamento entre pais e filhos, relacionamento do ex-casal, escolaridade, comprometimento dos pais com os filhos, responsabilidade, adaptação da criança ao novo lar. É necessário que se verifique se existe alguma situação de violência doméstica, alcoolismo, enfim, estas e outras questões não podem jamais ser esquecidas.

No momento de uma decisão importante como a guarda, o assistente social precisa tomar muito cuidado, procurando analisar cada família de forma diferenciada. Mesmo porque sempre vai ser uma surpresa para o profissional a cada vez que este for realizar um Estudo Social nesta área tão abrangente que é a família. O que ocorre é que cada família tem diferentes indivíduos e conseqüentemente suas particularidades, podendo-se dizer que se tem um trabalho novo a cada intervenção. É extremamente importante que se esteja trabalhando com muita atenção e com a mente desprovida de preconceitos e aberta para perceber tudo o que pode estar acontecendo em sua volta.

Ao mesmo tempo em que o assistente social interage em cada caso que vai atender, também precisa estar tomando cuidado para não se envolver de forma exagerada com as situações apresentadas. Para isso é necessário que se utilize a empatia (se coloque no lugar do outro) no momento da atuação, pois só assim será possível se aprofundar em uma questão e ao mesmo tempo saber diferenciar a vida profissional da vida pessoal.

O que se observa é que ambos, assistente social e juiz procuram em suas manifestações privilegiar o bem-estar da criança e/ou do adolescente, ou seja, os melhores interesses da criança e/ou do adolescente têm que ser preservados em todos os momentos da atuação destes profissionais.

Na prática, surgem muitas dúvidas tanto na visão por parte dos magistrados, como por parte dos assistentes sociais, sobre o conteúdo do Estudo Social, ou seja, as diferentes categorias profissionais envolvidas com o Estudo Social podem possuir visões diferentes quanto a forma e conteúdo que o Estudo deve ter. Assim, a partir do depoimento destes

profissionais e da análise de um modelo que será apresentado pode-se aprimorar o trabalho do Serviço Social. O principal objetivo é que esta análise do modelo possa servir de referência aos estudantes de Serviço Social e aos profissionais que se interessarem pelo tema.

Foram realizadas entrevistas com dois juízes de direito que atuam ou atuaram nas Varas da Família, Órfãos e Sucessões, bem como quatro assistentes sociais que também atuam nas referidas Varas desta comarca. Utilizou-se de dois modelos de questionários que nortearam as entrevistas. Não existiu nenhum tipo de rigidez nas perguntas, sendo que cada entrevistado teve a liberdade de se expressar a sua maneira e todos acabaram atingindo um grau satisfatório nas respostas.

A partir das respostas obtidas nas entrevistas realizadas, procurou-se analisá-las com o objetivo de encontrar um modelo próximo ao ideal de Estudo Social em processos de guarda quando esta é requerida por um dos pais. A seguir tem-se a análise das respostas:

Ambos os juizes costumam solicitar Estudos Sociais aos assistentes sociais nos processos de guarda.

Dr. Alberto⁷:

O Estudo Social é um elemento de prova bastante rico e que tem um valor probatório bastante expressivo. Ele é um elemento do todo que encerra o processo um segmento de prova que deve ser considerado. Dos segmentos probatórios, o Estudo Social talvez seja, muito provavelmente é, o mais importante de todos para a sentença.

Dra. Claudia:

O Estudo Social é importantíssimo, porém somente ele não é suficiente para a sentença. Não devemos considerar única e exclusivamente o Estudo Social como sendo a única fonte de coleta de dados, já que os depoimentos das partes nas audiências também são de extrema importância. Mas eu posso dizer que o Estudo Social é fundamental sempre que estivermos falando de um litígio.

⁷ Todos os nomes utilizados são fictícios para preservar a identidade dos entrevistados.

Em ambos os depoimentos dos juízes, o que se percebe é que existe uma preocupação em solicitar o Estudo Social sempre que se tratar de um litígio e principalmente como um instrumento de prova que deve ser considerado em todos os casos. Nos casos de guarda que envolvem litígio se observa que os juízes costumam solicitar o Estudo Social por este ser um instrumento de prova importantíssimo dentro do processo. Apesar de as audiências com as partes serem consideradas, pois tem muito a contribuir no processo, não há a possibilidade, em se tratando de um litígio, de que o Estudo Social seja visto como algo desnecessário.

Segundo Dr. Alberto, o Estudo Social é o único segmento de prova que é realizado mediante a visita "*in loco*" do assistente social, ou do serviço social. O que acontece é que o juiz não tem condições de estar realizando estas visitas, em primeiro lugar por falta de tempo e em segundo lugar porque a realização de visitas realmente não faz parte das suas atribuições. Sendo assim cabe ao assistente social esta função, afinal ele tem os conhecimentos necessários para realizar este trabalho, enquanto que o juiz provavelmente não estaria agindo da mesma forma em determinadas situações.

O termo Estudo Social é bastante utilizado, porém tem-se conhecimento de que alguns profissionais utilizam uma nomenclatura diferente, que é a Perícia Social. Para tanto se questionou com os magistrados da diferença entre as nomenclaturas e significados. Apenas um magistrado procurou dar um maior esclarecimento com relação à diferença entre um Estudo Social e uma Perícia Social.

Dr. Alberto:

O Estudo Social é mais genérico acerca da situação sócio-econômica, afetiva, etc, em que vive determinada família. O estudo social não deixa de ser uma Perícia, só que a Perícia zela pelo regramento legal, se submetendo a determinadas etapas: nomeação do perito, formulação de perguntas aos peritos, ou seja, o perito que é destinado judicialmente é designado a responder àquelas perguntas. O Estudo Social é uma avaliação bem mais ampla na qual é possível que se recomende às assistentes sociais que perquiram com mais cautela este ou aquele aspecto. Não há a formalidade da designação do Perito e não há a realização de perguntas para a resposta ao final. O que acontece muitas vezes em um processo traz controvérsias, conflitos específicos que é

necessário o auxílio do Estudo Social para poder decidir com mais consistência.

Dr. Alberto ainda lembra que “o assistente social pode constatar qual é a situação que a criança e/ou adolescente vive na casa de um e de outro.” O que se percebe é que o assistente social é profissional que talvez tenha mais habilidade para lidar com determinadas situações.

Dra. Claudia confirma a importância do estudo social:

O estudo social é fundamental porque faz uma verdadeira radiografia do cotidiano da família. Na hora da audiência diversas questões são esquecidas, ou então é difícil para o juiz percebê-las neste momento de tensão do casal. Por isso o estudo social é essencial, já que consegue elucidar questões que o juiz muitas vezes não tem acesso.

Com relação à condição financeira dos pais, existe uma opinião que é unânime entre os juizes, ou seja, a condição financeira dos pais não determina uma decisão judicial, é um elemento importante, mas que deve ser avaliado em conjunto com algumas outras questões, como afetividade, condição emocional dos requerentes, e outras questões. Dra. Claudia afirma que é necessário que se observe qual é o aparato emocional que o pai ou a mãe vão estar oferecendo para o filho.

No momento de conceder a guarda a um dos pais, diversas questões precisam ser analisadas. Serpa (1999), aponta em seu livro que um juiz precisa julgar e determinar quem é o melhor pai, ou seja, aquele que apresenta (a ordem é o critério), segundo dados oficiais, os seguintes requisitos:

1. estabilidade mental;
2. sentido de responsabilidade para com o filho;
3. relação biológica;
4. caráter moral;
5. estabilidade na comunidade;
6. afeto com relação ao filho;
7. possibilidade de manutenção dos irmãos juntos;

8. acesso a escolas;
9. manutenção de filho na primeira infância com a mãe;
10. saúde física.

Para identificar quem melhor pode atender a essas necessidades, consideram alguns fatores limitadores como:

- a) uso de drogas;
- b) alcoolismo;
- c) abuso sexual, psicológico, físico;
- d) psicoses;
- e) maltrato de crianças.

(SERPA, 1999:78)

De acordo com os juízes todos estes fatores são observados em uma decisão de guarda. Como primordiais podem-se destacar as questões da estabilidade mental e dependência de drogas como fatores limitadores para uma decisão em um processo de mudança de guarda.

Dr. Alberto ainda acredita ser importante lembrar que:

(...) as questões que as partes trazem é que acabam sendo exploradas durante a instrução do processo e se ninguém é considerado imoral ou amoral, se ninguém disse que qualquer dos envolvidos tem algum problema desta ordem, não há razão para a instrução do processo se ater a esta questão moral. Porque se o pai e a mãe são reconhecidos como moralmente idôneos por qual razão nós vamos discutir a idoneidade de ambos no processo? Se as partes estão de acordo acerca disso é porque esta questão é no direito considerada incontroversa, não sendo importante para a lei.

O que se percebe neste caso é que se as partes trouxerem alguma questão para ser discutida ela vai ser investigada, detalhada e avaliada, isso com relação a questões referentes à estabilidade mental. E quando as partes não revelam uma determinada situação de extrema importância e que o Estudo Social acaba constatando a existência de algum dos elementos considerados limitadores, por exemplo, estas questões serão consideradas na sentença e podem inclusive se tornar decisivas na definição de um pedido de guarda.

Com relação à guarda de uma criança, cabe questionar se a mãe ainda possui algum tipo de prioridade. As conversas giraram em torno de um mesmo eixo e chegaram a uma conclusão comum, ou seja, que na maioria dos casos a criança ainda fica com a mãe. Na realidade um dos profissionais afirmou que se não existe nada contra a mãe e nada contra o pai, existe uma tendência natural para que a criança fique com a mãe. Isso ocorre muitas vezes por própria opção do pai que acredita que a mãe realmente é a pessoa mais indicada, ou por uma questão de afetividade, ou pela idade da criança, que não permite que ela fique com o pai, porque em alguns aspectos a mãe é insubstituível. Segundo Dr. Alberto: "Superada essa idade de dependência materna a igualdade entre os pais é hoje, juridicamente falando, absoluta."

É necessário sempre se prestar atenção em uma questão importante que são os interesses da criança e do adolescente, que devem ser sempre preservados, não importando neste momento se houve culpados na separação e se a criança e/ou adolescente está morando com quem foi o "causador" da separação.

Para se chegar naquilo que é melhor para a criança, segundo os juízes são necessários que alguns aspectos sejam observados, como, com quem a criança esteve durante a separação de fato, a questão do relacionamento da criança com os pais, com quem ela se relaciona melhor, de quem ela é mais amiga, no sentido de ser mais franca, de falar sobre suas questões. Deve ser observada a vida profissional dos pais, a condição sócio-econômica de ambos, a conduta social, a segurança emocional, o carinho, enfim, a vida que leva dentro do contexto da sociedade. Dra. Claudia acredita que o que se deve observar é a segurança emocional e o carinho. Tem-se que priorizar a maturidade, que é uma questão fundamental.

Existem casos em que a criança e/ou adolescente precisa ser ouvida pelo juiz. Dependendo da idade podem não ter total discernimento sobre as coisas, porém sabem falar sobre o que está acontecendo com os pais e tem suas preferências. São observados nestes casos todos os contextos, para se saber o que seria o melhor para a criança e/ou adolescente. São vistos laudos psicológicos, vida escolar que a criança mantém.

O depoimento ao juiz pode causar um trauma para a criança e deve ser evitado, porém o que se costuma fazer é ouvir a criança informalmente. Segundo Dr. Alberto, o adolescente pode estar sendo ouvido formalmente e é isso que é mais complicado, pois também pode ser traumático. O trauma depende sempre da maneira como o assunto é tratado pelos profissionais envolvidos. Com o adolescente também pode existir a ouvida informal, mas a ouvida formal não pode ser dispensada e este adolescente terá que estar fazendo o depoimento em frente à digitadora, respondendo as perguntas que o juiz estiver fazendo e assinar ao final.

Colocou-se em questão uma possível melhoria dos Estudos Sociais realizados no Fórum de Justiça da Comarca da Capital. Dra. Claudia sugere que seja feita, no âmbito do Fórum, uma parceria com profissionais da Psicologia, para haver uma melhoria nos trabalhos. Porém acredita que o ideal seria que existisse o trabalho de uma equipe multidisciplinar.

Dr. Alberto acredita que possam existir mudanças de maior ordem:

No âmbito do Foro central, aqui de Florianópolis, o que precisaria haver era uma estruturação do Serviço Social. Precisaríamos ter mais estagiários, mais voluntários, mais assistentes sociais, mais veículos que estivessem em condições de utilização com mais frequência, uma estrutura melhor na Mediação. Acredito que o grande avanço que poderia acontecer diz respeito a uma reestruturação material e de pessoal do Setor de Serviço Social. Porque existe incapacidade física (do ambiente de trabalho), incapacidade física (humana), a demanda é grande e talvez continue aumentando, aí fica realmente complicado. Então, as maiores dificuldades que temos aqui são de ordem material e também de estrutura de pessoal.

Na pesquisa com as assistentes sociais procurou-se analisar fatores mais direcionados ao trabalho que é realizado pelo serviço social no momento que se faz um estudo social em processos de guarda para pais.

Com relação ao estudo social no pedido de guarda podemos relatar as etapas do trabalho que se inicia com a leitura do processo para um melhor esclarecimento das questões colocadas pelas partes no decorrer do mesmo. Este é o primeiro contato que o assistente social tem com o processo.

Segundo a assistente social Rosana, observa-se quais são as denúncias, ou o que a parte autora está alegando para requerer a guarda da criança e/ou adolescente.

Apesar de os assistentes sociais estarem se preocupando com o que as partes revelam nos autos do processo, isso não interfere na atuação direta dos profissionais, já que por inúmeras vezes se constata que os pais estão falando inverdades para se vingar do ex-cônjuge. Então de nada adianta se prender ao que está sendo colocado no processo, se o que vai ser observado é o que existe de mais rico e de mais importante no trabalho do Estudo Social. Com relação às visitas domiciliares a assistente social Carla relata:

Eu sempre digo que a visita domiciliar é o que a gente tem de mais rico na nossa profissão, porque é onde se vê a interação da criança naquela família. Permite constatar as condições na qual a criança e a família vivem e se estas condições são precárias, se existe o mínimo necessário para aquela criança ou adolescente sobreviver. É o local onde há mais espontaneidade nas pessoas. Observa-se como a criança se sente mostrando seu ambiente, permite uma observação dinâmica do indivíduo no seu meio social, bem como seus fatores culturais.

Já para Rosana:

O que mais me chama atenção é a dinâmica familiar. A forma como a família se relaciona. Porque na hora da visita temos a oportunidade de ver muitas vezes as mães com os filhos, os pais com os filhos, então você pode ver o vínculo entre ambos, se a criança nessa residência tem o espaço dela, ou pelo menos ela é respeitada enquanto indivíduo, que faz parte daquela família, se as coisas dela são cuidadas, se ela realmente tem um papel importante na família, e eles a tratam com respeito, se a tratam com cuidado, se as coisas dela estão bem preservadas, se existe uma preocupação com o desenvolvimento, com a higiene da criança.

Em um processo onde se discute a guarda, o assistente social precisa estar observando inúmeras questões como a situação sócio-econômica, os aspectos afetivos, se as pessoas que estão requerendo a guarda tem condições de preservar uma boa educação para os filhos, enfim, diversas questões tem que ser levadas em consideração.

Segundo Eliane outras questões precisam ser analisadas:

Se a dedicação, o amor, a preocupação em relação à criança e/ou adolescente em questão está sendo verdadeira. Tem-se que observar se não é apenas uma maneira de agredir o outro cônjuge,

observa-se a afinidade da criança com o interessado na guarda e acima de tudo observa-se o bem estar da criança. Estas questões podem ser observadas através do comportamento dos interessados, a forma de se expressarem, de "insistirem" naquilo que desejam.

Rosana tem outras considerações:

O que eu realmente considero de mais importante em um Estudo Social de guarda é realmente o interesse dos pais em ter a guarda dos filhos, como que é esse relacionamento dos pais com os filhos que eles estão requerendo a guarda, se há um vínculo afetivo, se há uma preocupação com o desenvolvimento do filho, se o pai está requerendo a guarda porque quer o melhor para o filho.

Carla acredita que:

A primeira coisa que se tem que ter bem clara é a premissa dos melhores interesses da criança, o que é melhor para ela. Quem costuma ter preferência é quem tem melhores condições psicológicas, emocionais, habitacionais, se são boas as relações afetivas que ela tem com quem está requerendo a guarda, que tipo de vida ela tem, a situação sócio-econômica, os vínculos existentes, o estabelecimento de limites que a pessoa que está requerendo a guarda pode expor à criança, a espontaneidade da criança em expressar suas vontades na presença do pai e da mãe. A saúde física, psicológica e mental do pretendente a guarda. O equilíbrio emocional, a adaptação da criança na casa do pai ou da mãe. É importante na disputa de guarda verificarmos a criança na casa da mãe e na casa do pai para poder avaliar de uma melhor forma. Verificar situações de violência se existe alcoolismo e outros problemas. Estes são os aspectos que eu enquanto assistente social avalio numa guarda. Outra questão importante é ver se os filhos não estão sendo usados como cabo de guerra. Porque muitas vezes o interesse da guarda não está no melhor interesse da criança e sim representa uma disputa onde pai ou a mãe querem mostrar para o outro que conseguem, porque tem mais dinheiro, porque tem mais força, ou porque quer ter o filho para não pagar uma pensão, então nós temos que ter a perspicácia de poder constatar isso durante o nosso trabalho da visita domiciliar. Seja na visita, entrevista, contato com colaterais, tudo isso vem à tona. Se o objetivo dos pais for fazer da criança um cabo de guerra, o nosso é justamente o contrário, é verificar o que é melhor para aquela criança, primar pelo bem estar dela independente da briga dos pais. Outra coisa que a gente tem que deixar claro no processo de guarda é que os filhos não possuem donos. Eles são pessoas significativas para ambos, tanto pai quanto para a mãe e precisam de pessoas que possam ajudá-los a suprimir, a superar papéis importantes na sociedade, enquanto filho, enquanto cidadão, enquanto pessoas. E o que a gente faz num processo de guarda, normalmente indicamos a pessoa que está mais apta para assumir integralmente a responsabilidade daquela criança e atender suas reais necessidades ou muitas vezes se não for possível a gente indica a medida menos prejudicial.

Legal

*pedia
me indicar o
cabo do guerreiro
em que o pai
queria um
vídeo game
mas disse
que queria
fazer o ele*

Fica clara a importância das crianças no processo de guarda. Os assistentes sociais, no momento de uma decisão sobre seu parecer, dão prioridade de uma maneira unânime para as crianças e/ou adolescentes que são, sem sombra de dúvida, aqueles que estão sofrendo mais na separação e na disputa de guarda.

Com relação a condição financeira dos pais existe unanimidade em entender que ela não influencia na decisão da guarda. Existem outras questões mais importantes que precisam ser observadas como aspectos afetivos, psicológicos, educacionais, possibilidade de suprir os direitos das crianças que muitas vezes não são observados por pessoas com ótima condição financeira. O lado financeiro tem que ser observado, mas ele não é preponderante.

Carla acredita que:

Muitas vezes um lar que tenha todos os recursos, acaba sendo negligente, tenha um comportamento totalmente prejudicial à criança. Então a situação financeira é o que menos pesa na hora da definição da guarda. A gente observa as condições de suprir o básico para aquela criança, mas isso não interfere na colocação dela em um lar ou em outro.

Rosana acredita que se estivermos pensando em manter uma estrutura financeira boa para a criança, muitas vezes será necessário optar por aquele que está em melhores condições no momento. Porque em alguns casos, com a separação, um dos cônjuges sai bastante prejudicado, não tendo nem ao menos um local para morar, sendo necessário que toda a sua vida recomece do zero. Se a criança fica com este cônjuge acaba ficando prejudicada também. Para evitar isso alguns profissionais entendem que deve a criança ficar com quem tem melhores condições financeiras.

Todos os profissionais afirmaram em suas falas que primam pelos interesses da criança e do adolescente, porém cada um tem sua maneira diferenciada no agir que não interfere de forma alguma no resultado final, ou seja, se considera os desejos da criança, mesmo que ela tenha menos de 12 anos, em tentar proporcionar à criança ou ao adolescente o menor número de traumas possível, que a criança se sinta segura onde estiver, que seja um local que pouco prejudique o seu desenvolvimento integral.

O ECA protege os interesses da criança e do adolescente e é seguido por muito profissionais, inclusive no momento de elaborar o Parecer Social.

Carla afirma:

Eu tenho o hábito de fundamentar os pareceres para não ser uma coisa que eu estou pensando, e sim que existe uma fundamentação teórica que está norteando a minha atuação. Então, sempre que eu posso estou vinculando isso ao Estatuto da Criança e do Adolescente, porque ele está protegendo os interesses da criança e do adolescente e a nossa função é primar pelos interesses da criança e do adolescente.

Percebe-se que a fundamentação teórica é fundamental e sempre que possível deve ser utilizada.

Dependendo de cada caso, os profissionais podem estar sugerindo um acordo com os pais. Através deste acordo pode-se estar mostrando para os próprios genitores que para defender os interesses da criança e do adolescente teremos que estar dando ênfase para o contato direto com ambos os pais. E se eles têm um bom relacionamento isso pode estar sendo possível, este tipo de contato pode ser chamado de guarda compartilhada.

Rosana afirma que:

Se as crianças pudessem escolher, tenho certeza absoluta que gostariam de conviver com ambos os pais. Então sempre é visto a possibilidade de quem não tem a guarda ter bastante contato com o filho.

Com relação à vontade que algumas vezes as crianças expressam temos que ficar atentos. Rosana ainda afirma que:

A gente como assistente social em que ter a consciência de que é muito importante o interesse da criança, mas também tem que ter essa visão crítica do que está acontecendo com aquela criança. Se ela está realmente expressando seu real desejo, se está sendo pressionada ou não, se aquela situação que a criança acha que é a melhor realmente é mais adequada para ela.

Já existe algum entendimento dos profissionais com relação à guarda compartilhada. Rosana afirma que os profissionais vêm pensando que a criança tem que conviver com ambos os pais, independente dos defeitos ou

qualidades que eles tenham. Que os filhos possam ter o máximo de convívio com os pais desde que este não seja prejudicial. Então, se houver chance de ser uma guarda compartilhada é melhor para a criança, já que é preferível ter contato com ambos os pais.

Questionamos um pouco mais a respeito da guarda compartilhada e Rosana esclareceu a respeito:

Na guarda compartilhada a criança tem um lar que é a referência dela, do pai ou da mãe, mas o outro cônjuge que não tem a guarda continua tendo responsabilidades com aquele filho. Se a criança fica doente, o pai que não tem a guarda tem o direito de ser comunicado, de acompanhar este filho no hospital, de optar pelo tipo de tratamento que ele vai ter, de optar pela escola que ele vai estudar, tem a responsabilidade de buscar na escola, então é compartilhar responsabilidades. Não é só compartilhar direitos, mas sim as responsabilidades continuam sendo compartilhadas. Neste desenvolvimento do filho na escola, na saúde, na convivência com as pessoas de ambas as famílias. Levar para casa dos avós, levar para a casa dos tios para que eles possam conviver com os primos.

A grande questão é que a maioria dos casais não consegue ter um bom relacionamento no período pós-separação, se tornando inviável a guarda compartilhada, que exige melhor relação do casal. De nada adianta existir a guarda compartilhada se os pais não tem um bom relacionamento. A boa relação é essencial e talvez por este motivo não seja comum ouvirmos falar em guardas compartilhadas, já que é muito difícil um casal que se separa ter um bom relacionamento. Supõe-se que se ambos se separaram é porque a relação não era boa em algum sentido.

Como na maioria dos casos não podemos optar pela boa disponibilidade dos pais, precisamos utilizar alguns critérios para se chegar naquilo que é melhor para a criança e/ou adolescente. Primeiramente é necessário que o contato da criança com o profissional aconteça em um local neutro, individualmente, de forma que a criança possa se expressar sem a presença dos pais.

Rosana acredita que só a presença dos pais, mesmo que seja em outro compartimento da casa ou do Fórum, ou seja, o simples fato de saberem que o pai ou a mãe está por perto modifica um pouco o comportamento da criança. Por isso se costuma dar preferências por entrevistas no colégio

sempre que possível. É sempre necessário se observar como é o relacionamento da criança e/ou adolescente com a família através do contato com outros grupos sociais, como escola, familiares, amigos, enfim, pois através deste tipo de contato é possível se perceber se os pais realmente se preocupam com os filhos. Sempre se dá mais prioridade para o guardião que demonstrar mais interesse, que dispensa mais tempo no desenvolvimento daquela criança.

Outra assistente social, ainda elenca outros locais que podem fornecer alguns dados:

Kátia acredita que:

Às vezes pode-se chegar a um Posto de Saúde ou a um agente comunitário que também pode acabar fornecendo dados a respeito da realidade vivenciada pela família em estudo. Estes podem ser dados não revelados por nenhum outro colateral entrevistado.

Carla afirma que:

Precisamos às vezes fazer a utilização de outros tipos de contatos como por exemplo, com escola, contatos telefônicos, com pessoas que residem fora do domicílio das partes para que possamos oferecer o maior número de subsídios possível aos juizes na definição da guarda. As pessoas têm a oportunidade de elucidar a situação a qual estão vivendo e disso pode-se tirar se os envolvidos estão realmente preocupados com a criança. Seja ela na entrevista, na visita, a gente é capaz de coletar cada detalhe, o que as pessoas realmente estão pensando. Normalmente o que mais me chama a atenção na disputa de uma guarda é a interação que a criança tem com cada um dos pais. O que ela faz com um e com o outro, onde ela se sente bem, que tipo de afinidade ela tem com um e com o outro, se um pressiona para aquela tomada de decisão. E em momento algum se pergunta para a criança com quem ela quer ficar. Este é o tipo de pergunta que não se faz para uma criança, porque isso não é responsabilidade dela. Se ela pudesse dizer, diria que quer ficar com os dois, porque isso é mais que normal, mas isso não é responsabilidade dela. Nosso trabalho faz justamente o contrário, objetiva que aquela criança não se sinta pressionada, que ela tenha liberdade de expressão e possa dizer realmente o que é bom para ela e temos que deixar bem claro que isto não é de responsabilidade dela. Porque ela não tem condições, ela já é uma vítima da separação dos pais, e determinar isso a ela fica mais complicado.

Questionou-se a respeito da importância do Estudo Social para cada uma das assistentes sociais e as respostas tiveram pontos bastante positivos:

Rosana:

Eu acho de extrema importância, porque o Estudo Social dá muitos dados da situação da família, de como é o relacionamento dos pais com os filhos, do interesse que os pais tem em relação àquela guarda. Como citei anteriormente, muitas vezes na petição inicial os pais citam o motivo porque estão requerendo a guarda e durante o estudo social constatamos aquele motivo, ou ao contrário, a gente constata que não é aquele motivo, e que eles são prejudiciais à criança, que eles estariam utilizando o filho para se vingar do outro cônjuge, enfim, então eu acho que o Estudo Social dá bastante condições para se ter um fundamento muito mais correto, sobre o futuro daquela criança. Porque na verdade é o futuro da criança que está em jogo, uma nova dimensão familiar depois da separação e nessa nova dimensão a criança realmente tem que ser vista com muito cuidado para que ela não fique mais prejudicada do que ela já é naturalmente com uma separação. Querendo ou não, por mais que a família já estivesse em conflito, desestruturada, sempre é uma perda pra criança, a perda de convívio com o pai ou a mãe, tem-se que ter esta preocupação de preservar esta nova estrutura familiar que ela vai ter, porque o que ela vai ter não vai ser mais do mesmo jeito.

Eliane:

Dentro de um processo são os advogados que colocam as situações "contadas" pelos clientes. Através do nosso trabalho de visitas, entrevistas, contatos com colaterais, cujo relato acaba originando o Estudo Social novos fatos são revelados, outras situações são vivenciadas, e, conseqüentemente, as situações anteriormente apresentadas podem ser desmascaradas. O juiz, em 99% dos casos acata-o, dando sua sentença baseando-se no nosso parecer.

Carla:

O Estudo Social, de forma geral dentro do Judiciário, é uma atividade com fins de assessoria aos juizes em suas decisões. Contribui, portanto como um meio de prova caracterizado por ser uma declaração de caráter técnico. Os resultados apresentados ao juiz na forma de laudo onde se descreve a percepção e a observação dos fatos e a precisão dos mesmos. Tem como objetivo primordial produzir a prova e o profissional utiliza as técnicas pertinentes a nossa profissão adequados a cada situação específica. Este conhecimento auxiliará na decisão judicial, onde irá contemplar a medida mais adequada ou menos prejudicial para aquela criança e/ou adolescente naquele momento. No Estudo Social a abordagem, a pesquisa, as visitas que o assistente social realiza para determinada situação não são conduzidos com neutralidade, mas condicionados por formação profissional, sua consciência e sua visão de homem e de mundo e que formam um conjunto orgânico da ação profissional. Os Estudos Sociais referentes a guarda,

A

principalmente, desenvolvidos junto das Varas de Família são realizados com os conhecimentos técnicos operativos além de evidente atenção aos aspectos legais e processuais. Então o fato de o assistente social entrar em contato direto com o ambiente onde as pessoas residem que é a questão da visita domiciliar, das entrevistas, podemos chamar de interação com a situação.

Com relação à importância do Estudo Social, Carla revela que o assistente social é o elo que o juiz tem do Judiciário com as partes. O Estudo Social é essencial desde que as partes não estejam em consenso, porque ninguém melhor do que os pais para definir o que é bom para os filhos. O que ocorre é que muitas vezes os pais tem sentimentos egoístas.

Quando o assistente social por ventura não consegue perceber determinadas questões que ficaram dúvidas, o ideal é que seja solicitada uma avaliação psicológica. Assim, o que ficou mascarado no contato com o assistente social pode ser descoberto pelo psicólogo.

Para Kátia, o Estudo Social vai trazer para o processo a realidade tal como ela é vivenciada pelas partes.

Foram observadas inúmeras questões a partir das falas dos profissionais que trabalham nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões, porém em diferentes setores, como é o caso dos juizes, que atuam exclusivamente nas Varas de Família, e os assistentes sociais que atuam no Setor de Serviço Social e prestam serviço à Vara de Família.

Percebe-se com muita clareza que ambos os profissionais trabalham visando um mesmo objetivo, que é a defesa dos interesses da criança e/ou do adolescente. O que significa se pai e mãe por inúmeras vezes não estão preocupados com o bem estar dos filhos, mas em "ferir" o ex-cônjuge, ambos, assistentes sociais e juizes, visam a melhor qualidade de vida para as crianças e/ou adolescentes.

O que foi visto até o presente momento diz respeito à prática profissional dos juizes e dos assistentes sociais. Com objetivo de ilustrar e de melhor compreender o trabalho que é realizado especificamente pelos profissionais de serviço social, segue um modelo de Estudo Social de guarda que é uma das sugestões da Assessoria Psicossocial do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina em sua obra intitulada **O Serviço**

Social no Poder Judiciário de Santa Catarina: Construindo Indicativos, publicada no ano de 2001.

3.4 MODELO DE ESTUDO SOCIAL

O modelo de Estudo Social de Guarda que será apresentado se refere ao padrão sugerido pelo Tribunal de Justiça, e tem como objetivo assessorar os profissionais de todas as Comarcas do Estado na realização do Estudo Social específico em processos de guarda. No presente trabalho este modelo é de bastante utilidade, já que a partir dele pode-se fazer uma comparação com os dados obtidos nas entrevistas com as assistentes sociais e juízes. Segue ainda em anexo a utilização deste modelo em um Processo Judicial de Guarda.

ESTUDO SOCIAL

(sugestão de Roteiro para os processos de guarda)

I. Identificação

1.1 - Vara:

1.2 - Ação:

1.3 - Autos nº

1.4 - Partes: Autor: Nome, idade, ocupação

Endereço:

Fones:

Réu: Nome, idade, ocupação

Endereço:

Fones:

Filhos: Nome, idade, escolaridade

II. Histórico do processo (resgate dos registros e folhas com informações relevantes e a origem do pedido de estudo social).

III. Procedimentos para a realização do estudo social (entrevistas conjuntas e individuais, visitas domiciliares, observação das interações com os filhos, contatos colaterais)

IV. Desenvolvimento

4.1 - História Familiar

4.1.1 - Do autor (local e data de nascimento, informações sobre sua família de origem – pais, irmãos, relações, crenças, valores, outros)

4.1.2 - Do Réu (idem)

4.1.3 - Do casamento (como foram vividas as fases do ciclo de vida familiar, eventos marcantes, ritos familiares, chegada dos filhos, relação entre os filhos, alianças, outros)

4.1.4 - Da separação (motivos dos conflitos – poder, comunicação, valores e/ou expectativas não atendidas do contrato conjugal – quem saiu de casa? Existiam outras pessoas envolvidas? Como os filhos vivenciaram o momento da separação?)

4.2 - Situação atual da(s) criança(s) ou adolescente(s): quais os desejos em relação aos pais (ou avós); qual a relação de cuidado e afeto com ambos os pais; como descreve e se vê na situação; relação dos irmãos(vínculos, cumplicidades, disputas) que outras pessoas significativas existem para ela na família extensa (avós, tios, padrinhos de ambas as partes); qual o seu estado de saúde e desenvolvimento; qual a sua rotina; quais as suas expectativas em relação a guarda.

4.3 - Situação atual das partes (condições materiais, sentimentos e conduta em relação ao conflito, rotina profissional e social, re-casamento, incluindo os arranjos de cuidado, outros).

4.4 - Problema atual (relatar os conflitos que ocorrem no momento).

4.5 - Variáveis que intensificam o problema.

4.6 - Fatores positivos encontrados para a melhor solução do problema.

V. Análise Conclusiva (fazer uma análise focada nas interações familiares, correlacionando-as com os problemas atuais, à luz de referenciais teóricos).

VI. Parecer/Sugestão (com base nas conclusões, destacar as possibilidades de atendimentos recomendados e providências a serem tomadas, podendo sugerir a medida judicial que melhor possa contribuir para resolver o conflito, enfatizando o momento da avaliação).

Local e data

Carimbo e assinatura do assistente social

3.5 ANÁLISE DO MODELO ESTUDO SOCIAL DE GUARDA APRESENTADO COM EMBASAMENTO NAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Observando-se o modelo de Estudo Social de guarda proposto pela obra da Assessoria Psicossocial citada acima e os dados coletados nas entrevistas com os magistrados e com os assistentes sociais, percebe-se que este modelo é válido e pode ser seguido pelos profissionais de serviço social, principalmente da área da Justiça, já que estes profissionais precisam elaborar o seu parecer a respeito da guarda, por solicitação do juiz. O que se percebe é que algumas questões podem ser acrescentadas, partindo-se principalmente das entrevistas realizadas, para que o trabalho se torne mais completo e cumpra sua principal função, que é esclarecer ao juiz tudo o que foi observado nos contatos com as partes, colaterais e outras pessoas que possuem convívio direto com a família.

Primeiramente, nota-se a necessidade de se identificar os dados da ação judicial como: Vara, tipo de ação, número dos autos. Posteriormente, as partes envolvidas na ação precisam ser identificadas. Esta identificação deve conter nome, idade, ocupação, endereço, telefone para contato, enfim, dados que possam tanto identificar as pessoas como facilitar um contato posterior ao do Estudo Social. Muitas vezes o processo retorna ao serviço social e se os dados estiverem presentes torna-se mais fácil a localização das partes. Estes dados podem facilitar o trabalho do mesmo profissional se por ventura for solicitado a atuar novamente no caso e também pode ser de

extrema utilidade para outros profissionais que nele vierem a atuar, sejam eles do serviço social ou não.

Com relação ao histórico do processo, pode-se estar resgatando conteúdos relevantes, tal como documentos e outros dados importantes. Se o juiz por ventura fez alguma solicitação direcionada ao assistente social, este direcionamento vai ser analisado no Estudo Social. Se não acontecer nenhum tipo de direcionamento, o assistente social vai precisar estar atento aos dados de maior destaque no processo.

Nos procedimentos para a realização do Estudo Social deve-se descrever qual o método principal de intervenção. Se foram realizadas apenas entrevistas, se recorreu a visitas domiciliares, contatos telefônicos, com colaterais, enfim, deve-se esclarecer inclusive em quais circunstâncias aconteceram os atendimentos e como as partes receberam o profissional. Muitas vezes pode ser significativo para o magistrado estar ciente do que já aconteceu, pois como ele não pôde estar presente nas visitas, o assistente social acaba sendo a sua visão um pouco mais ampla da família em estudo, ou ainda, ele pode estar diante da radiografia da família.

A respeito do autor e do réu, deve-se estar abordando alguns dados como local e data de nascimento, informações sobre sua família de origem, pais, irmãos, relações, crenças, valores. Normalmente, quando é possível se aprofundar um Estudo Social se vai a fundo nestes dados. São nestes momentos de aprofundamento que algumas questões acabam sendo esclarecidas e outras questões descobertas, desta forma é possível que sejam acionadas políticas de atendimento a todas as pessoas envolvidas, dependendo, é claro, do que for constatado.

Neste momento, é ideal entender como se deram alguns processos na vida do casal. Muitas vezes certos acontecimentos do relacionamento do casal podem ser determinantes para alguns fatores que estão acontecendo no momento presente.

Com relação aos filhos, a parte mais delicada do processo, precisam estar recebendo uma atenção redobrada, afinal muitos momentos de crise do casal com certeza foram vivenciados por eles, o que sempre gera bastante sofrimento. É importante neste momento procurar entender como os filhos vivenciaram o momento da separação, se eles sofreram muito e

como foi este processo para eles. É importante procurar saber qual a situação dos filhos atualmente, como eles estão, com quem estão, como é o contato com os pais, irmãos, avós, parentes. Este é um momento que necessita de muito cuidado e em que jamais se deve questionar aos filhos com quem eles querem ficar. Se por algum motivo acontecer alguma revelação com relação a vontade de ficar com um ou com o outro cônjuge, isto deve ser levado em consideração e ao mesmo tempo deve-se esclarecer que esta questão não é de responsabilidade da criança e/ou adolescente. É importante que seja observado se o(s) filho(s) têm algum problema de saúde e se é necessário algum cuidado especial, e inclusive quem dos pais tem despendido tempo nestes cuidados.

A partir dos inúmeros acontecimentos do passado, se deve observar a situação atual das partes, o que os pais podem estar oferecendo ao(s) filho(s) como condições materiais, profissão dos pais, questões psicológicas, de cuidado, carinho, sentimento, se os pais tem algum envolvimento com drogas, algum problema psicológico, alguma conduta duvidosa.

Os referenciais teóricos devem aparecer para ilustrar questões apresentadas no decorrer do Estudo Social. Pode ser chamada de análise conclusiva, já que conclui aquilo que foi apresentado no decorrer do Estudo Social. Deve-se deixar claro que, apesar de o assistente social se manifestar no processo, ele pode se manifestar de forma mais neutra, se utilizando embasamento em referenciais teóricos próprios ou não do serviço social. O fato de se utilizar referenciais teóricos acaba dando um pouco mais de legitimidade ao trabalho do assistente social, que utiliza as palavras de outras pessoas para expressar alguns dos seus pontos de vista.

Finalmente, a partir do embasamento teórico é possível que se realize o Parecer Social, ou a sugestão profissional. Pode-se recomendar quais as melhores providências que devem ser tomadas em cada situação. É importante lembrar que a sugestão deve ser com relação à medida judicial que melhor se encaixe em cada caso, mas nada impede que além da sugestão com relação à medida judicial mais cabível o assistente social possa estar recomendando outros encaminhamentos como atendimento e acompanhamento psicológico dos envolvidos, por exemplo. A grande

questão é que é necessário se ter claro que mesmo sabendo que a função naquele momento é se manifestar com relação a decisão judicial mais favorável, ao realizarmos um Estudo Social no pedido de Guarda, é necessário acima de tudo que se defenda a criança em questão, isso inclusive de acordo com o ECA, mas que também se observe que todos os envolvidos no caso precisam ser analisados e se houver necessidade se deve dar encaminhamentos em outras questões pertinentes ao caso. Muitas vezes são os assistentes sociais que vão constatar algumas questões e só assim o magistrado estará tomando conhecimento, ou porque os pais escondem ou porque nos autos do processo estas questões foram omitidas. Os profissionais não podem ficar omissos no momento que uma criança sofre de violência física, psicológica ou abuso sexual pelo pai ou pela mãe. Se não se dispõe de recursos no local de trabalho, é preciso procurar auxílio em outros órgãos, pois por princípios éticos, a omissão não pode ocorrer.

A função do profissional de serviço social neste momento não pode se restringir a um simples parecer a respeito da pessoa mais indicada para ficar com o(s) filho(s), se precisa ter a coragem e a perspicácia de perceber e poder se manifestar no processo de forma que seja possível encontrar as melhores soluções para os filhos, para que eles não saiam prejudicados pelos pais, que muitas vezes agem por vingança ao outro cônjuge e esquecem de todo o resto.

Em um momento como este é necessário que se perceba que o enfoque não pode ser única e exclusivamente a criança, mas sim que existe a necessidade de se estar orientando os pais a respeito de seus direitos e deveres para com os filhos. Acima de tudo é preciso esclarecer que as crianças não podem de forma alguma estar sendo usadas como “cabo de guerra”. Também se tem uma função chave, que diz respeito a todo o tipo de orientação aos pais, que são as pessoas que vão estar lidando diretamente com os filhos.

As questões trabalhadas sobre o modelo de Estudo Social apresentado dizem respeito a uma proposta de trabalho que não é completa e homogênea, porém é um trabalho que engloba as necessidades do juiz no processo de guarda. Acredita-se que cada profissional tem sua maneira de

agir e de alcançar os objetivos propostos pelo juiz. Cabe aos profissionais de serviço social se utilizarem da criatividade e do profissionalismo na sua atuação, para que esta tenha repercussões positivas na vida das pessoas que usufruem do seu trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de serviço social possui papel fundamental em todos os campos de atuação em que se faz presente. O assistente social é um profissional que questiona, que é articulador, enfim que está sempre pronto para atender as novas demandas que emergem no cotidiano da sociedade de forma geral. Como não podia ser diferente, no Poder Judiciário o assistente social é de fundamental importância, já que tem a oportunidade de atuar na realidade e no cotidiano de seus usuários.

No Fórum de Justiça da Comarca da Capital o assistente social desempenha papel importante junto às Varas de Família que necessitam deste ramo de conhecimento para desempenhar funções que são pertinentes ao serviço social e não podem ser realizadas por profissionais de outras áreas de conhecimento. A intervenção não se caracteriza única e exclusivamente por algo imediato, mas sim, é realizado um trabalho mais direcionado, buscando a ampliação da liberdade, nas conquistas democráticas da justiça social e da cidadania sócio-política.

Dentre as diversas intervenções realizadas pelo serviço social na instituição do Fórum de Justiça destaca-se a realização de Estudos Sociais em inúmeros processos, como transferências de guarda, regulamentações de visitas, guarda e responsabilidade, interdição entre outros, porém neste trabalho se abordou o Estudo Social em Processos de Guarda nas Varas de Família, Órfãos e Sucessões.

Foram realizadas entrevistas com juizes e com assistentes sociais com objetivo de obter algo novo com relação ao tema Estudo Social na atualidade e o que se percebeu a respeito do tema é que ambos os profissionais tem

caminhos semelhantes para chegarem a um mesmo fim. O que se percebe é que o juiz realmente se utiliza do Estudo Social realizado pelos assistentes sociais para fundamentar suas decisões e que, segundo depoimentos, sempre que se tratar de processos litigiosos vai ser solicitado. Apesar de não ser o único instrumento de prova, o Estudo Social sempre será importantíssimo.

Os juizes não são habilitados à realização do Estudo Social e mesmo que pudessem realizá-lo devido a demanda, não teriam condições de cumprir tal função, sendo assim, por este e outros motivos o assistente social é a pessoa indicada para tal função, já que segundo um depoimento faz uma verdadeira radiografia do cotidiano da família.

Com relação ao modelo proposto no presente trabalho acredita-se que realmente seja um modelo adequado. A grande questão diz respeito à demanda, já que muitas vezes não se pode dar a ênfase desejada em cada caso por pura falta de tempo.

Outra questão que precisa ser lembrada, é que quando o tempo permite que o trabalho do assistente social se torne mais completo muitas vezes não lhe é dado condições de intervir na família como um todo, ou por falta de recursos (na comunidade ou nas políticas de atendimento) ou porque o processo pede que apenas seja analisado um membro ou uma parte da família.

Referente ao tema Guarda Compartilhada percebeu-se que diz respeito a uma temática bastante inovadora na maneira de educar e de criar os filhos, mesmo os pais estando separados. No período pós-separação, a grande questão é que a maioria dos pais e mães ainda não estão preparados para exercê-la de forma adequada, já que existe ainda muita competitividade, o que costuma dificultar esta nova modalidade de guarda.

Apesar dos profissionais terem consciência que muitas vezes sua luta pode não ter grandes resultados, comumente se sugere ao juiz uma possível intervenção mais abrangente com outros membros da família ou, até mesmo, na família como um todo. Para que esse atendimento ocorresse com mais frequência existiria a necessidade de que as políticas de atendimento fossem oferecidas à comunidade de forma mais plena. Além de outras questões que foram constatadas como a necessidade de existir nos Fóruns, de maneira

geral, o trabalho interdisciplinar onde estivesse contemplado ao menos o trabalho de um psicólogo. Assim, o trabalho do Estudo Social seria mais completo. Talvez, neste caso de trabalho interdisciplinar devesse até existir uma mudança de nomenclatura, se chamando Estudo psicossocial.

Com relação a realização de um Estudo Social é importante se ter claro que muitas vezes um trabalho que contenha dados em excesso pode não contemplar todos os dados necessários para sanar as dúvidas do magistrado, enquanto que um Estudo Social mais objetivo pode contemplar tudo o que o juiz necessita para a sua decisão final. Percebe-se então que o que realmente deve ser levado em consideração é a essência e não a quantificação, sendo que o que importa em todo o trabalho dos assistentes sociais é a qualidade e a forma como são analisados os dados coletados, levando-se em consideração o fato de que crianças e adolescentes devam estar em primeiro lugar.

Atingir a perfeição não é uma tarefa simples, porém com as técnicas apresentadas, as opiniões dos profissionais e com a prática do dia-a-dia é possível se conseguir chegar a um nível satisfatório de Estudo Social.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

✓ANGELI, Aline. Divórcio: dano irreparável? **Revista Claudia**. Ed. nº 486, ano 41, nº 3. São Paulo: Abril. Março de 2002. Pág. 170, 171.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão Social no Brasil e Serviço Social in: **Reprodução social do trabalho e serviço social**. Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 02. Brasília, CFESS, ABEPS, CEAD, UnB, 1999.

ÁVILA, Eliedite Mattos; Silva, Simone Regina Medeiros da. **Processos da vara de família – aspectos introdutórios** in: SANTA CATARINA, Gabinete da Presidência. O serviço social no poder judiciário de SC: construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL. **Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil. 6ª edição atualizada até 31/dez./2000. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Coletânea de Leis - Conselho Regional de Serviço Social, 12ª região - Santa Catarina, p.47-110.

BRASIL. **Lei 9.278, de maio de 1996. Regula o § 3º do art. 226 da Constituição Federal.** Código Civil. 6ª edição atualizada até 31/dez./2000. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. **Separação litigiosa – Conduta desonrosa – Violação dos deveres do casamento – Comunhão de vida impraticável – Guarda de filhos – Direito de visita – Verba alimentar – Partilha de Bens – Recurso improvido – Sentença confirmada.** Acórdão em apelação cível nº 49.052 - Mafra. Relator: Des. Orli Rodrigues. Acórdão 15 ago 1995. Página na internet: Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina. <http://www.tj.sc.gov.br/consultas/jurisprudencia/menu.htm> consultada em 14 abr 2002.

CARNOT, Sady. **Relacionamento: a difícil arte do casamento.** Página na internet: Casamento On-line – Relacionamento. <http://www.netmakers.com.br/casamento/relacionamento.html> consultada em 06 set 2001.

CENTRO CRESCER SEM VIOLÊNCIA. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes.** Apostila do curso de capacitação para conselhos tutelares e de direitos de Santa Catarina. Florianópolis, abril de 1999.

DAL PIZZOL, Alcebir. **O estudo social e a perícia social – um estudo em construção** in: SANTA CATARINA, Gabinete da Presidência. O serviço social no poder judiciário de SC: construindo indicativos. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: direito de família.** Vol. 5. São Paulo: Saraiva. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Caderno do CRESS-CE. Gestão: A Novidade é um Sonho. Dezembro de 1997.

MALDONADO, Maria Tereza. **Casamento: término e reconstrução**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Temas Sociais)

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN, Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre; Artmed, 1999.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis**. Texto direcionado para avaliação da disciplina Processo de Trabalho no Serviço Social II: Intervenção em situação particulares, 1999.

SANTA CATARINA, Gabinete da Presidência. **O serviço social no poder judiciário de SC: construindo indicativos**. Florianópolis: Divisão de Artes Gráficas, 2001.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

SILVA, Chico; BRITO, Eliane; MORAES, Rita. Entre dois amores. **Revista Isto É Senhor**, São Paulo. Vol.1688. Ed Três.06/fev/2002.

SILVA, Maria Dulce. O estágio na formação profissional – elementos para análise. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 45, São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Tânia Aparecida Campos da. **A diversidade de perícias nas varas de família: modelo da comarca da capital**. Florianópolis: obra não publicada, março de 2000.

WEISS, Vanita. **A voz da criança/adolescente no processo de separação**
– **No EMAJ**. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social da UFSC.
Florianópolis, 1998.

ANEXOS

PERGUNTAS AO ASSISTENTE SOCIAL

1. Qual os principais fatores observados em uma guarda?
2. O que mais lhe chama a atenção na hora de uma visita domiciliar?
3. O ECA tutela os interesses da criança e do adolescente, isto influencia na concessão da guarda?
4. Quais são os critérios para chegar-se naquilo que é melhor para a criança?
5. A condição financeira dos pais influencia na decisão da guarda?
6. Na sua visão, qual a importância do Estudo Social em um Processo de Guarda?

PERGUNTAS AO MAGISTRADO

1. O Estudo Social é suficiente para fornecer elementos para a sentença? O que o senhor(a) acha disso?

2. Maria de Nazareth Serpa (1999) discute que um juiz precisa julgar e determinar quem é o melhor pai, ou seja, aquele que apresenta segundo dados oficiais os seguintes requisitos:

1. estabilidade mental;
2. sentido de responsabilidade para com o filho;
3. relação biológica;
4. caráter moral;
5. estabilidade na comunidade;
6. afeto com relação ao filho;
7. possibilidade de manutenção dos irmãos juntos;
8. acesso a escolas;
9. manutenção de filho na primeira infância com a mãe;
10. saúde física

Para identificar quem melhor pode atender a essas necessidades, consideram alguns fatores limitadores como:

- f) uso de drogas;
- g) alcoolismo;
- h) abuso sexual, psicológico, físico;
- i) psicoses;
- j) maltrato de crianças.

SERPA, Maria de Nazareth. **Mediação de Família**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

O(a) senhor(a) se utiliza dos requisitos e fatores limitadores apresentados pela autora para fundamentar suas decisões? O que o senhor(a) acha disso?

3. No momento de concessão da guarda a mãe ainda possui prioridade?
4. O ECA tutela os interesses da criança e do adolescente, isto influencia na concessão da guarda?
5. Quais são os critérios para chegar-se naquilo que é melhor para a criança?
6. A condição financeira dos pais influencia na decisão da guarda?
7. Na sua visão, qual a importância do Estudo Social em um Processo de Guarda?
8. Qual(is) seriam a(s) diferença(s) entre um Estudo Social e uma Perícia Social?
9. Existem diferenças em um Estudo Social fundamentado teoricamente e um Estudo Social não fundamentado?
10. Frente a tudo o que foi colocado, no seu ponto de vista, o que o(a) senhor(a) sugere para melhorar o Estudo Social?

ESTUDO SOCIAL⁸

I. Identificação

1.1 *Vara de Família*

1.2 - *Ação*: Modificação de Guarda com antecipação de Tutela

1.3 - *Autos nº*: 00000000000-00

1.4 - *Partes*:

Autor: Carlos Francisco Brasil, 45 anos, Engenheiro.

Endereço: Rua das Araras, s/n, Bairro: Arco Íris, Fpolis - SC

Fones: 555-5555

Réu: Deise Maria da Silva, 42 anos, Do lar.

Endereço: Rua do Beija-Flor, s/n, Bairro Mar Azul, Fpolis - SC

Fones: 999-9999

Filha: Gabriela Brasil,

Idade: 10 anos de idade

Escolaridade: 5ª série

II. Histórico do processo

O presente Estudo Social foi solicitado com urgência já que foram percebidas inúmeras questões extremamente graves nos autos do processo. Por ser uma medida cautelar não foi possível um maior aprofundamento em algumas questões.

⁸ O presente exemplo de Estudo Social segue o Modelo apresentado no trabalho. Todos os nomes e dados foram trocados para que as pessoas não possam ser identificadas.

III. Procedimentos para a realização do estudo social

Primeiramente foram realizadas entrevistas individuais com a menina Gabriela, Sr. Carlos e tia Ivete, posteriormente se procurou conversar com Sr. Carlos e tia Ivete em uma entrevista conjunta. Foram realizadas visitas domiciliares à casa de Deise, tivemos uma conversa rápida e marcamos uma entrevista em nosso setor para obtermos maiores informações a respeito da situação. Outros dois contatos foram realizados, sendo um deles com tia Ivone e com uma pessoa que prefere não ser identificada.

IV. Desenvolvimento

4.1- História Familiar

Os pais de Deise decidiram vir do Oeste Catarinense em busca de melhores condições financeiras na Capital. Não vieram sozinhos, trouxeram seus quatro filhos, entre eles Deise, na época com 15 anos de idade. Viviam da agricultura e freqüentavam a Igreja Universal aos Domingos.

Vieram morar no bairro Arco Íris, onde também residia Carlos com sua família. Os dois se conheceram na igreja.

Apesar de a família de Carlos freqüentar a Igreja Universal, não seguiam todos os princípios a risca, como a família de Deise.

Mesmo assim, namoraram, casaram e tiveram uma filha chamada Gabriela.

4.1.1- *Do autor* - Carlos nasceu em Florianópolis no dia 30/08/1956. Seus pais sempre primaram pela educação dos filhos, portanto todos têm nível superior – Seus pais também nasceram em Florianópolis, bem como seus 5 irmãos. Freqüentam a igreja Universal, porém sem fanatismo.

4.1.2- *Do Réu* – Deise nasceu em Xanxerê no dia 13/07/1959. É proveniente de uma família simples, honesta e trabalhadora. Nem todos os filhos conseguiram estudar porque precisavam trabalhar desde muito

pequenos, dos 4 irmãos de Deise apenas ela um irmão são casados. Toda a família de Deise frequenta a Igreja Universal.

4.1.3- *Do casamento* O casamento passou por momentos bastante felizes, sendo que o casal sempre se deu muito bem. Um dos momentos mais marcantes foi o nascimento da filha Gabriela, que aconteceu no segundo ano de casados. A menina sempre foi adorada e todos sempre a tratavam muito bem. Isso se dava tanto com Carlos e Deise, como também com avós e outros familiares como tias e tios.

4.1.4- *Da separação* - Com 5 anos de casados Carlos e Deise começaram a ter alguns desentendimentos. O principal motivo foi porque ele começou a viajar a trabalho com bastante frequência, o que fez com que Deise comesse a desconfiar que ele teria outra mulher. As discussões tornaram a relação completamente insuportável. Carlos decidiu então sair de casa para que Gabriela não sofresse com as brigas, mas sua saída complicou ainda mais a relação do casal. Apesar de Deise afirmar a respeito da relação de Carlos com alguma outra mulher, ele afirma que não havia ninguém na sua vida naquela época.

4.2- *Situação atual da criança:* A menina Gabriela atualmente esta extremamente perdida não sabendo ao certo o que fazer. De uma coisa se tem certeza, ela demonstrou em todos os momentos não querer mais ficar com sua mãe, já que segundo a mesma, a mãe tem lhe causado muitos sofrimentos. Se sente acuada e tem muito medo de a mãe castigá-la, já que todas as torturas que sofreu com a mãe foram reveladas. Segundo ela, a mãe por inúmeras vezes lhe deu castigos, como fazer jejum durante 10, sendo que nestes dias só poderia comer 1 vez ao dia e a noite. Na escola não pode levar lanche e nem dinheiro para comprar comida, sendo que quando sente fome pede para as amigas. A menina também afirmou ter sido arrastada pela mãe pelas pernas em cima da brita e depois ter sido sacudida no chão. Na companhia da mãe e nem das tias maternas ela não se sente segura, já que inclusive uma das tias que mora junto com a mãe a segura quando a mãe quer bater nela.

Percebeu-se em sua fala que não pretende voltar para a casa da mãe e que se sente segura na companhia do pai.

4.3 - Situação atual das partes : No contato com Carlos e Deise algumas questões foram percebidas. Deise revelou que todas as questões colocadas pela menina eram fantasias de criança e que nada era verdadeiro. Porém questionou-se a respeito de Carlos ficar com a guarda de menina e ela não demonstrou muita vontade de lutar pela guarda e de negar o que havia feito. Para Carlos, Gabriela jamais inventaria tantas coisas com relação a própria mãe, portanto acredita serem todas verdadeiras. Carlos tem percebido que o dinheiro que diz respeito aos alimentos para a filha não são utilizados para este fim, acredita ele que Deise e Gabriela chegam a passar fome para dar todo o dinheiro, que não é pouco para a Igreja Universal, a qual se tornou fanática após a separação. Com relação a novos relacionamentos, ele está com outra companheira no momento e mora no Rio de Janeiro, já que trabalha lá. Deise está sozinha e só vive em função da igreja, questão que acabou sendo revelada em sua fala indiretamente.

4.4 - Problema atual - Os principais conflitos atualmente dizem respeito ao fato de que a mãe tem dificultado o contato da filha com o pai e também porque todo o dinheiro que ele gasta com a menina não é utilizado com ela, mas sim com a igreja.

4.5 - Variáveis que intensificam o problema – As principais questões que intensificam o problema dizem respeito ao fato de que os próprios parentes têm conhecimento de tudo o que acontece com Gabriela e mesmo assim não fazem nada, não têm coragem de denunciar ou de defender a menina.

4.6 - Fatores positivos encontrados para a melhor solução do problema – Como principal fator neste caso diz respeito à atitude emergencial tomada pelo pai para solucionar a questão da filha se propondo a ficar com a guarda da menina.

V. Análise Conclusiva

Com relação aos inúmeros dados descobertos com o presente Estudo Social, está claro que Gabriela está sofrendo se Violência tanto de ordem física quanto de ordem psicológica. De acordo com Deslandes, (1994), *a violência física é caracterizada por qualquer ação única e repetida, não acidental(ou intencional), perpetrada por um agente agressor adulto ou mais velho, que provoque dano físico á criança ou adolescente, este dano causado pelo ato abusivo pode variar de lesão leve a conseqüências extremas como a morte.*

Com relação à violência psicológica o que se percebe é que é uma das formas de violência mais difíceis de serem identificadas, por deter um aspecto subjetivo, mas este tipo de violência é um dos mais comuns. Sabemos no entanto, que de acordo com a apostila do **Centro Crescer sem Violência que trata de violência doméstica contra crianças e adolescentes** que este tipo de violência tem efeitos nocivos sobre a saúde física e mental de uma criança, podendo levar a conseqüências extremas como o desenvolvimento de um grave distúrbio psicológico que pode determinas uma série de comprometimentos em vários aspectos da ida desta criança ou futuro adulto.

VI. Parecer/Sugestão

Apesar de pouco tempo para realizar um trabalho um pouco mais aprofundado, os contatos com as pessoas envolvidas no presente processo nos possibilitaram perceber a situação que se encontra a menina Gabriela e que é uma questão que necessita de intervenção com a máxima urgência.

Gabriela está atualmente sob a guarda da mãe, Deise. Vive então com a mãe e a tia materna (Jussara). Neste ambiente só sofre violência física e psicológica. Não está se desenvolvendo de forma saudável como merece. Vive sob pressão, ameaça e muito medo.

As pessoas que tinham conhecimento das atitudes de Deise em relação à filha sempre foram covardes e omissas, apesar de não compactuarem com as mesmas. Isto é inconcebível.

Existem fortes suspeitas de maus tratos em relação à Gabriela, o que foi colhido é suficiente para se tomar medidas cautelares.

Chegou o momento de dar um basta nesta situação.

Que a mãe seja chamada às suas responsabilidades.

Que neste momento, seja deferida a Guarda Provisória ao pai, Carlos Francisco, a fim de evitar danos maiores à criança.

Florianópolis, 10 de outubro de 2001.

Carimbo e assinatura do assistente social